



CONTORNO RODOVIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA
VOLUME 4 - TOMO III

AGOSTO DE 2013

**Autopista
Litoral Sul**

 **arteris**

(Empreendedor)

**Estudo de Impacto Ambiental
(EIA)**

VOLUME 4 – TOMO III


**(Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico – Diagnóstico Prospectivo
Arqueológico)**

CONTORNO RODOVIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS



(Executor do Estudo)

Agosto de 2013

	Relatório Final		Nº RL-13008-ROD-PAV-EIA-004-T3-0						
	Empreendimento	CONTORNO RODOVIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS/SC					Página 1 de 89		
	Usuário	Autopista Litoral Sul (ALS) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)					RL-13008-ROD-PAV-EIA-004-T3-0.doc		
	Estudo de Impacto Ambiental (EIA) VOLUME 4 – TOMO III								
ÍNDICE DE REVISÕES									
Rev.	DESCRIÇÃO E/OU FOLHAS ATINGIDAS								
0									
	ORIGINAL	REV. A	REV. B	REV. C	REV. D	REV. E	REV. F	REV. G	REV. H
DATA DA EXEC.	12/08/2013								
EXECUÇÃO:	VLS								
VERIFICAÇÃO	JRC								
APROVAÇÃO:	BSC								

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
5.3. MEIO SOCIOECONÔMICO.....	7
5.3.10. Diagnóstico Prospectivo Arqueológico	8
5.3.10.1. Descrição e Localização do Empreendimento	8
5.3.10.2. Área de Influência do Empreendimento	10
5.3.10.3. Caracterização Ambiental da Área Diagnosticada.....	11
5.3.10.4. Cultura, Patrimônio Cultural e Arqueologia	14
5.3.10.5. A Ocupação Pré-Colonial na Grande Florianópolis	20
5.3.10.6. Gênese e Evolução Socioeconômica da Grande Florianópolis	38
5.3.10.7. Histórico dos Municípios da Área de Impacto Direto do Empreendimento.....	42
5.3.10.8. CNSA – Grande Florianópolis	48
5.3.10.9. Diagnóstico Arqueológico Interventivo	52
5.3.10.10. Educação Patrimonial e Divulgação da Pesquisa.....	80
5.3.10.11. Considerações e Recomendações	81
5.3.10.12. Bibliografia	83

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O presente relatório de diagnóstico arqueológico interventivo vem apresentar os dados obtidos através das pesquisas realizadas nas áreas que serão impactadas pelas obras de implantação do Contorno Rodoviário Florianópolis, que perpassará os municípios de Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça – Santa Catarina. A rodovia tem seu ponto inicial sob as coordenadas¹ UTM (WGS 84) 22J 734165/6972470 e seu ponto final sob as coordenadas UTM (WGS 84) 22J 730020/6935710, com uma extensão aproximada de 47,63 km.

As obras de pavimentação da BR 101, na região sul datam do início da década de 1970 e se tornaram um importante elo de ligação do extremo sul até o nordeste brasileiro, passando pelas regiões de maior crescimento demográfico do país. O aumento expressivo do fluxo de veículos automotores a partir da década de 1990 já apresentavam um quadro preocupante, com o aumento do número de acidentes e congestionamentos em diversos trechos da Rodovia. Ultimamente o quadro se tornou caótico e, as necessárias obras de duplicação tornaram o trânsito mais difícil. A conclusão das obras do túnel no trecho conhecido como o "Morro do Formigão", em Tubarão, a ponte Anita Garibaldi sobre a Lagoa de Santos Anjos, na localidade de Cabeçudas em Laguna e a construção de um túnel do Morro dos Cavalos, já na Grande Florianópolis são os principais gargalos para a conclusão das obras de duplicação da BR 101 sul.

A construção do Contorno Rodoviário de Florianópolis atende uma reivindicação da população, cuja obra é de extrema urgência e representa o anseio mais imediato de um contingente de milhões de pessoas que vivem na região direta e indiretamente impactadas, bem como os que transitam pela rodovia litorânea.

Conforme disposto no documento que estabelece diretrizes básicas para elaboração de estudos e programas ambientais rodoviários, elaborado pelo Departamento Nacional

¹ Todas as coordenadas informadas neste relatório foram obtidas tendo como referência o elipsóide WGS 84

de Infraestrutura e Transito - DNIT (2006), o empreendimento rodoviário – aqui entendido como complexo da atividade rodoviária, abrangendo ações inerente à infraestrutura viária e à operação de rodovia – deve se enquadrar nas premissas do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, “a fim de promover a preservação do meio ambiente em toda a sua abrangência, tal complexo da atividade rodoviária deve ser submetido à adequado tratamento ambiental que consiste no estabelecimento de medidas de caráter corretivo, mitigador ou compensatório, em função da previsibilidade da ocorrência de eventos ambientalmente impactantes como decorrência dos serviços e obras”(DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSITO, 2006, p. 11).

As pesquisas desenvolvidas dentro do âmbito da Arqueologia Preventiva, são realizadas em três etapas: diagnóstico arqueológico interventivo (obtenção de LAP), levantamento prospectivo (obtenção de LAI) e, quando sítios são identificados na área do empreendimento, resgate arqueológico (obtenção de LAO). Esta divisão foi definida em atendimento às disposições presentes na Portaria IPHAN nº 230/2002, expedida com o intuito de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia.

De acordo com os Artigos 1º ao 4º do referido documento, a etapa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo, que compreende à fase de obtenção da LAP, consiste na avaliação do potencial arqueológico da área de influência direta e indireta dos empreendimentos, através do levantamento dos dados secundários provenientes de pesquisas arqueológicas regionais (histórico das pesquisas, registro de sítios, sínteses regionais, etc.), do contexto etno-histórico, e de dados primários coletados em campo (informação oral, levantamento *in situ* e verificações assistemáticas na ADA). Depois de um longo debate e, no intuito de aperfeiçoar o importante papel da arqueologia preventiva na preservação do patrimônio arqueológico, adotou-se o entendimento, a partir de orientação específica sobre a questão por parte do IPHAN (Memorando Circular 14/2012 CNA-DEPAM, de 11/12/2012), que todos os estudos arqueológicos para a fase LAP deverão ser interventivos.

Portanto, durante a etapa de campo foram realizados caminhamentos sistemáticos dentro das áreas de influência do empreendimento, escavação de sondagens em toda

a área que será diretamente afetada pelo empreendimento, bem como entrevistas nas comunidades situadas nas proximidades do empreendimento.

Estudos desta natureza são realizados a fim de atender as exigências feitas por órgãos federais e estaduais e inserem-se no processo de Licenciamento Ambiental, instituído através da Lei 6.938/81 e pela Resolução CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1997, no qual está previsto também o estudo de impacto arqueológico, cuja metodologia é normatizada pelas Portarias do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN nº 007/1988 e nº 230/2002.

Por fim, gostaríamos de reforçar que o presente relatório de diagnóstico prospectivo arqueológico representa o cumprimento das exigências legais feitas pelos órgãos responsáveis como IPHAN/IBAMA/FATMA para conceder a Licença Ambiental de Prévia à Auto Pista Litoral Sul, responsável pelo empreendimento.

5.3. MEIO SOCIOECONÔMICO

5.3.10. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO ARQUEOLÓGICO

5.3.10.1. Descrição e Localização do Empreendimento

O empreendimento objetiva a construção do Contorno de Florianópolis, visando desviar o tráfego de longa distância, do eixo principal da BR-101, na região metropolitana de Florianópolis, melhorando a fluidez do tráfego de passagem e do tráfego urbano que utiliza a rodovia, minimizando assim os congestionamentos.

O Contorno Rodoviário de Florianópolis é uma nova rodovia, em pista dupla, Classe 1, a ser construído em uma nova diretriz, iniciado nas proximidades do quilômetro 180 da BR-101, com termino no quilômetro 220,0 da mesma rodovia, com 49,8 quilômetros de extensão, o qual se desenvolverá pelos vales dos rios Três Riachos, Biguaçu, Forquilha, Maruim, Passa Vinte e Aririu, retornando à BR-101 nas proximidades da atual praça de pedágio, em Palhoça.

O traçado prevê a implantação de interseções nas principais vias de ligação, federais, estaduais e municipais, tais como as rodovias federais BR-101 e BR-282, as rodovias estaduais SC-408 e SC-407, a rodovia municipal de Forquilha. Foram previstas passagens inferiores para atender as estradas municipais e acessos, mantendo assim as ligações entre as comunidades que ficarão no entorno da rodovia.

Segundo informações do Projeto de Engenharia, o Contorno de Florianópolis movimentará para a sua construção, mais de 6 milhões de metros cúbicos de materiais para a implantação da plataforma de terraplenagem. É previsto uma escavação de aproximadamente 2,8 milhões de metros cúbicos de solo em primeira categoria e 1,7 milhões de escavação em rocha. Informa ainda o Projeto, que em alguns segmentos do traçado, será necessário efetuar a remoção de solos moles para possibilitar a execução do aterro, cujo volume poderá chegar a aproximadamente 350.000 m³. Esses locais serão preenchidos com material drenante, muito provavelmente com areia.

A plataforma foi projetada em pista dupla com duas faixas de rolagem de 3,60 metros de largura cada, acostamento interno com 0,60 metro de largura, acostamento externo de 2,50 metros de largura, e canteiro central de 10,60 metros, além de uma faixa de domínio de 70 metros a partir do eixo da rodovia.

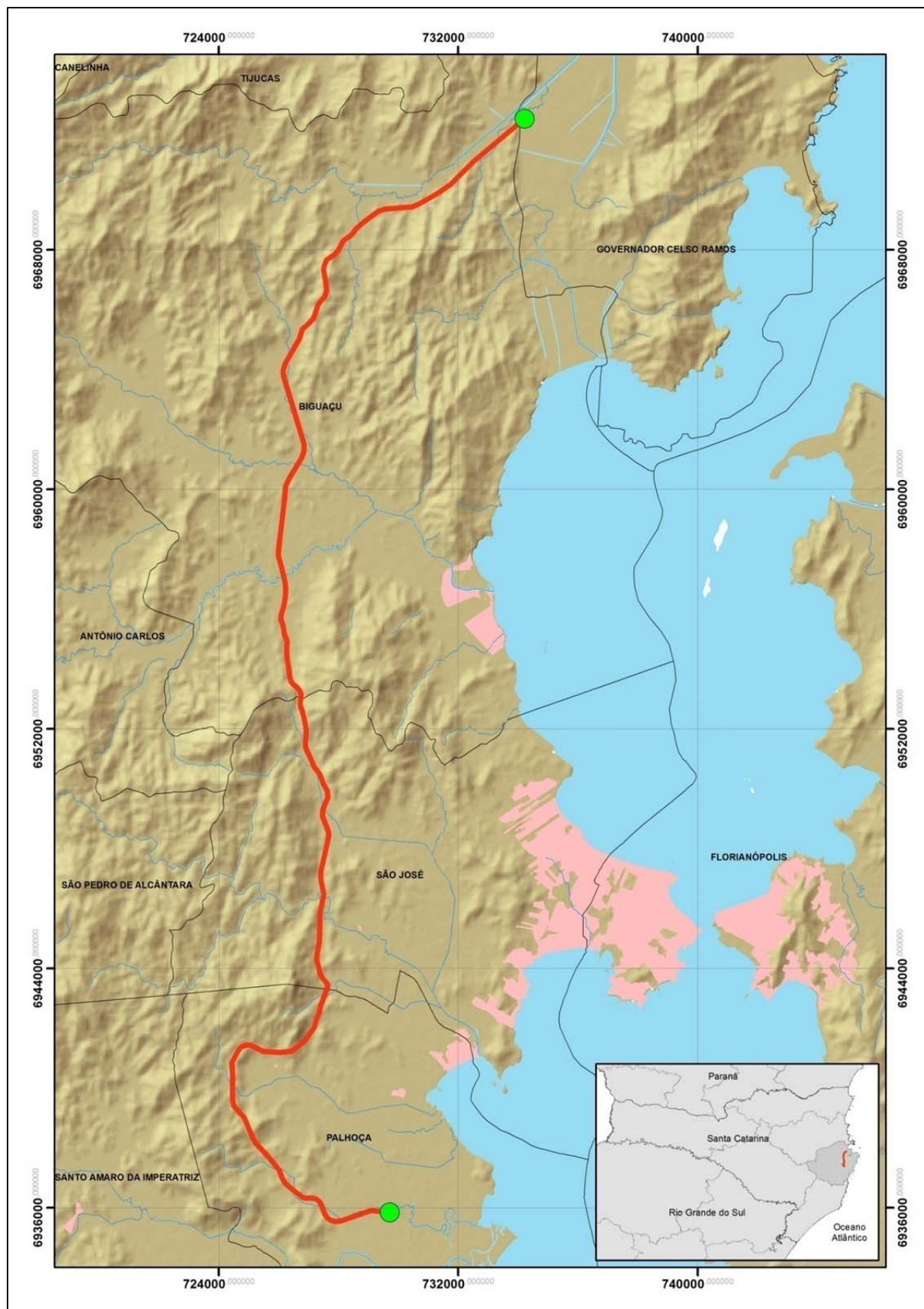


Figura 1: localização do contorno viário de Florianópolis.

*ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL REFERENTE A IMPLANTAÇÃO DO CONTORNO DE FLORIANÓPOLIS/ SC
VOLUME 4 – TOMO III*

5.3.10.2. Área de Influência do Empreendimento

Para melhor avaliar o impacto de um empreendimento sobre o patrimônio cultural, foram definidas as Áreas de Influência Direta (AID) e Indireta (AII) do empreendimento, tomando como base as características do mesmo, realizando-se a caracterização ambiental dessas áreas de influência, uma vez que através disso é possível uma melhor definição de seu potencial arqueológico-cultural.

Dessa forma, definiu-se abaixo as áreas de influência do empreendimento segundo o “Manual de Procedimentos Ambientais Rodoviários” elaborado pelo Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA (2006):

- *Área de Influência Direta:* a delimitação da área de influência direta deverá compreender uma faixa de contorno ao eixo do empreendimento, cujos limites terão por referência os interflúvios de drenagens secundárias, respeitando uma distância da ordem de 1 Km do eixo da via, faixa esta que deverá compreender as estruturas de apoio previstas, como canteiros de obra, instalações industriais, jazidas, caixas de empréstimo, bota-foras, caminhos de serviço, dentre outras (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA, 2006, p. 64).
- *Área de Influência Indireta:* a delimitação da área de influência indireta será realizada em função da incidência dos impactos a serem gerados no meio físico, biótico, sócio-econômico e cultural, assumindo os contornos das variáveis enfocadas. Como referência deverá ser considerada a área de bacia/sub-bacia hidrográfica, para os meios físico, biótico e cultural e os limites municipais para o meio sócio-econômico (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA, 2006, p. 63).

Partindo das definições apresentadas acima, as áreas de influência ficaram definidas da seguinte forma:

Área de Influência Direta: *buffer* de 1km a partir do eixo do Contorno Rodoviário Florianópolis.

Área de Influência Indireta: Microbacias dos rios Inferninho, Passa Vinte, Imaruí, Forquilhas, Biguaçu e Municípios de Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça.

5.3.10.3. Caracterização Ambiental da Área Diagnosticada

A local onde está inserida a área objeto desse diagnóstico situa-se nos municípios de Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça. Os quatro municípios situam-se na região do litoral central do estado de Santa Catarina, cuja base econômica são as atividades comerciais, a indústria, a prestação de serviços e atividades agropecuárias, esta última, menos representativa. A região está situada dentro do domínio morfoclimático Mares de Morros, domínio este que acompanha todo o litoral brasileiro, apresentando relevo bastante irregular resultante de ações erosivas que ocorreram sobre a estrutura cristalina proterozóica (BIGARELLA et al, 1994). Apresenta, ainda, clima predominantemente quente e úmido, tanto nas zonas tropicais, como nas subtropicais.

Geomorfologicamente, o traçado do contorno rodoviário de Florianópolis está situado em uma área composta por dois diferentes compartimentos geomorfológicos: as planícies costeiras e as serras do Leste Catarinense.

As planícies costeiras, formadas por acumulações lacustres, fluviais, marinha e eólicas, margeiam todo o leste do Estado de Santa Catarina ao longo do Oceano Atlântico, apresentando áreas mais largas na região sul do Estado, e áreas mais estreitas a partir do município de Laguna. Tais planícies são compostas por praias, campos de dunas estáveis e instáveis, lagoas costeiras, foz de rios, pontais, enseadas e baías (SANTA CATARINA, 2008).

As serras do Leste Catarinense são compostas por um conjunto de morros e montanhas com encostas íngremes, modelados por dissecações homogêneas, onde os vales podem ser muito profundos, principalmente no alto e médio curso dos rios. Esse relevo é esculpido em rochas cristalinas e se estende no sentido norte sul, desde Joinville até Jaguaruna. Suas maiores altitudes alcançam cerca de 1200 metros tendendo a diminuir conforme a proximidade com as planícies litorâneas.

A geologia local é composta basicamente por embasamentos cristalinos neoproterozóicos (rochas magmáticas e metamórficas) e planícies litorâneas quaternárias. As formações neoproterozóicas compreendem a corpos granito-gnáissicos que compõem o Cinturão Dom Feliciano, que se estende de Santa Catarina

ao Uruguai, sendo dividido em Batólito Pelotas no escudo sul-rio-grandense, Batólito Florianópolis no escudo catarinense e Batólito Aiguá no escudo uruguaio. Composto o Batólito Florianópolis e a litoestratigrafia da área estudada temos os granitos foliados calcialcalinos pertencentes ao Orógeno Pelotas - Granitóides Pelotas, Granito Imaruí-Capivari e Granito Ilha (PERROTA et al, 2004).

Sucessivos aos embasamentos cristalinos estão os depósitos sedimentares cenozóicos. Entre eles estão os Depósitos Aluvionares e os Depósitos Litorâneos Indiferenciados. Os aluvionares são compostos por areia, areia quartzosa, cascalheira, silte, argila e turfa, sendo resultado do processo de regressão marinha e de sedimentações fluviais. Já os depósitos litorâneos indiferenciados são formados basicamente por areia, silte e argila, estando localizados mais próximos da costa (PERROTTA et al 2004).

Em se tratando de solos, a área onde se encontra o empreendimento é composta principalmente por camadas de Neossolos (em locais dunas eólicas e praias estáveis), Gleissolos (nos locais onde prevalecem depósitos fluvi-deltáicos e fluvio-lacustres), Cambissolos e Argissolos (nas locais cuja litoestratigrafia é composta por granitos).

Os Neossolos, são os solos constituídos por material mineral, ou por material orgânico pouco espesso, que não apresentam alterações expressivas em relação ao material originário devido à baixa atuação das forças intempéricas. Possuem seqüência de horizonte A-R, A-C-R, A-C, O-R ou H-C (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006).

Os Gleissolos são solos constituídos por material mineral com horizonte glei iniciando-se dentro dos primeiros 150 cm da superfície, imediatamente abaixo de horizonte A ou Em ou de horizonte hístico com espessura insuficiente para definir a classe dos Organossolos, não apresentando horizonte vértico ou horizonte B textural com mudança textural abrupta acima ou coincidentemente com horizonte glei, tampouco qualquer outro tipo de horizonte B diagnóstico acima do horizonte glei, ou textura exclusivamente areia ou areia franca em todos os horizontes até a profundidade de 150cm a partir da superfície do solo ou até um contato lítico (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006).

Os Cambissolos são solos constituídos por material mineral com horizonte B incipiente subjacente a qualquer tipo de horizonte superficial, exceto hístico com 40cm ou mais de espessura, ou horizonte A chernozêmico, quando o B incipiente apresentar argila de atividade alta e saturação por bases alta. Já os Argissolos, são solos constituídos por material mineral, apresentando horizonte B textural imediatamente abaixo do A ou E, com argila de atividade baixa ou com argila de atividade alta conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico na maior parte do horizonte B (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006).

Nesta região, as áreas cobertas por gleissolos e cambissolos são caracterizadas pela presença da Floresta Ombrófila Densa, também conhecida como Mata Atlântica. Esse tipo de vegetação é caracterizado pela presença de espécies vegetais de grande e médio porte (macro e mesofanerófitos), além de lianas lenhos e abundância de epífitas. Seu desenvolvimento está diretamente associado ao processo de resfriamento da terra ocorrido após o ótimo climático, que permitiu um significativo aumento da umidade na região sul do Brasil, eliminando os meses de seca que impediam o desenvolvimento de uma vegetação mais densa.

O termo “*ombrófila*” refere ao aspecto ecológico dessa formação, que se desenvolve em locais com excelente distribuição de chuvas e temperaturas médias de 25°. Já o termo “*densa*” é utilizado porque a floresta desenvolveu-se de forma exuberante, sendo composta por árvores vigorosas, resultando em uma cobertura fechada e densa (SANTA CATARINA, 1998).

A fisionomia da Floresta Ombrófila Densa é a de um conjunto denso de árvores, arvoretas, arbustos e ervas emaranhadas por cipós e outros tipo de vegetais. Muitas vezes, uma única árvore forma toda uma comunidade de organismos associados, pois sobre ela vivem as epífitas ou as lianas, que apesar de suas raízes estarem fixadas no chão precisam que seus ramos se escorem na vegetação mais alta, além de fungos, líquens, musgos e animais como os insetos e pássaros, entre outros (SANTA CATARINA, 2008).

Na faixa litorânea sul catarinense são identificados duas variações da Floresta Ombrófila Densa: a de terras baixas e a submontana. A Floresta Ombrófila Densa de terras baixas, ocorre sobre as planícies costeiras sedimentares do quaternário, em

ambientes situados poucos metros acima do nível do mar. De acordo com Veloso (et al, 1991), essa formação vegetal apresenta um dossel não contínuo, entre 20 e 30 metros. Abaixo desse dossel ocorre um estrato arbóreo contínuo, seguido por um estrato arbustivo e herbáceo mais ou menos desenvolvido. Nesta formação duas espécies se destacam, a *Calophyllum brasiliense* (guanandi) e a *Ficus organensis* (figueira). Já a Floresta Ombrófila Densa submontana, ocorre em áreas com solos relativamente profundos e altitude superior a 100 metros e inferior a 600 metros; apresenta fanerófitos de até 30 metros no estrato superior, e uma submata composta por plântulas de regeneração natural, palmeiras de pequeno porte e herbáceas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1992).

Sobre os depósitos pleistocênicos e holocênicos, ocorrem as áreas recobertas pelas Formações Litorâneas pioneiras, que apresentam influência marina e eólica, ocorrendo principalmente em áreas de dunas e outros ambientes que sofrem influência do mar. Nas áreas situadas longe da linha de costa, as formações litorâneas são compostas por espécies arbustivas e arbóreas de pequeno porte, como as aroeiras, os quamirins, as capororocas e as macegas; enquanto que espécies de porte herbáceo, como a salsa da praia, o capim das dunas e o feijão da praia aparecem mais próximas da praia e estão mais adaptadas às mudanças rápidas deste ambiente (SANTA CATARINA, 2008).

Por fim, vale dizer que, assim como em praticamente todo o litoral catarinense, nesta região o clima é temperado, com temperatura média anual de 20°, precipitação anual de 1400 milímetros e umidade relativa do ar com valores oscilando ao entorno de 85%.

5.3.10.4. Cultura, Patrimônio Cultural e Arqueologia

O presente relatório de pesquisa tem como objetivo apresentar os resultados obtidos durante a etapa de prospecção arqueológica, na qual busca-se a identificação de bens patrimoniais de valor histórico e cultural e, principalmente, sítios arqueológicos que, segundo Chang (1968), pode ser definido como local físico ou conjunto de locais onde membros de uma comunidade viveram, garantiram sua subsistência e exerceram suas funções sociais em dado período de tempo.

Tal definição de sítio arqueológico se aproxima muito da definição de patrimônio arqueológico, o qual, de acordo com ICOMOS (1990), pode ser definido como a parte do patrimônio material que abrange todos os vestígios da existência humana, ou seja, locais relacionados às suas diferentes manifestações e atividades, bem como todo o material cultural associado.

Mas como compreender o conceito de patrimônio arqueológico sem que sejam anteriormente compreendidos os conceitos de cultura e patrimônio? Tais definições conceituais são as bases fundamentais das pesquisas arqueológicas e, por isso, é importante que sejam discutidos.

O conceito “cultura” é um dos conceitos mais amplos e complexos da nossa língua, chegando a existir mais de duas centenas de definições para o mesmo. Seu significado original deriva de trabalho e atividades agrícolas, sendo definido como “lavoura” ou “cultivo”. Segundo Eagleton (2003), Cultura denotava de início um processo completamente material, que foi metaforicamente transferido para questões de espírito.

Tal processo de transferência de significado do termo se inicia no século XVI e, somente no século XVIII, se conclui. Nesse momento a noção espiritual de cultura passa a ser utilizada pelos filósofos do Iluminismo. Surgem então a cultura das letras, a cultura das artes, etc. (PENIN, 2010).

No curso do século XVIII, filósofos franceses e alemães começaram a empregar a palavra francesa “*culture*”, que inicialmente se aplicava a empreendimentos agrícolas, para designar o progresso humano e o esclarecimento. Outrora, na Alemanha, a palavra passou a designar os costumes de sociedades específicas, sobretudo os estilos de vida marcados por uma constante e coesa e lenta mudança, atribuídos a grupos camponeses e tribais, por oposição à “civilização” dos modernos centros urbanos, cosmopolitas e sujeitos a mudanças rápidas (TRIGGER, 2004).

Na virada do século XVIII para o XIX o termo cultura adquire um significado autônomo, passando a designar a ação de “instruir o espírito”, ou seja, educar. É no mesmo período que se institui a oposição conceitual entre o que é cultural e o que é natural. Para os Iluministas a cultura era resultado da soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade em um movimento universal ao longo de sua história (PENIN, 2010).

Taylor (1871) definiu cultura como sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética. Ademais, segundo o mesmo autor, cultura pode ser objeto de estudo sistemático, pois se trata de um fenômeno que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural. O mesmo autor (apud TRIGGER, 2004) ainda conferiu-lhe uma clássica definição a palavra cultura de “aquele conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Partindo desta concepção holística ou processual de cultura, se tornou fácil dar um passo além, rumo a uma noção distintivas de culturas individuais como modo de vida transmitidos por povos específicos de geração em geração.

No início do século XX, surge uma nova concepção cultura, a qual era definida por um repertório engessado de obras que eram consideradas indispensáveis, as quais deveriam ser passadas de geração em geração. Tal concepção restringe seu significado a alguns tipos específicos de produção intelectual, principalmente as artes (REVEL, 2009).

Contudo, no decorrer do século XX definições muito mais amplas de cultura começaram a ser elaboradas e confrontadas. Essa ebulição de discussões conceituais é resultado do surgimento de diversos movimentos de massa e pela emergência das políticas de defesa de grupos minoritários. Aqui a noção de cultura assume um caráter conceitual antropológico, onde dá-se maior ênfase ao multiculturalismo, o qual se alicerça em elementos como a língua, a religião, o direito e os costumes para explicar diferenças culturais e identidades coletivas.

Para Febvre (1930), os elementos que compõem um horizonte cultural só pode ser compreendido quando analisado como sendo parte de uma rede complicada e movente de acontecimentos sociais em constante interação. O mesmo autor diz ainda que cada horizonte cultural deve ser analisado como um sistema coerente de símbolos, valores, afetos e instrumentos.

Gombrich (1969), no entanto, é contrário ao princípio unificador das produções no interior de uma cultura. Para ele é necessário acabar com a ideia de que a uma cultura é um todo coerente e significativo em sua coerência. Corroborando com tal

posicionamento, Kubler (1962) diz que a co-ocorrência de temporal de objetos culturais não prova que estes sejam ligados por relações significativas, um vez que podem ser consequência de deslocamentos do tempo histórico.

Trata-se da intermitente dinâmica cultural. Os horizontes culturais não possuem caráter hermético e, por isso, sofrem constantes alterações, seja em função da agregação, do abandono ou, ainda, do reemprego de determinados elementos.

Conforme Spitz e Ono (2012) a palavra patrimônio, que por sua vez deriva do latim *pater*, e significa pai, é tudo aquilo que o pai deixa para seu filho como herança. Desta forma, esta palavra passou a possuir um significado de bens ou riquezas de uma pessoa, família ou empresa. Já a ideia de um patrimônio coletivo e comum a todos, surge com a Revolução Francesa no século XVIII. Durante este período, intelectuais se posicionaram contra a destruição de castelos, obras de arte em geral e objetos da nobreza, defendendo que esse conjunto de monumentos e símbolos representava parte da história da França e de seu povo. Assim, era um patrimônio que estava ligado diretamente aos menos favorecidos, aqueles que com suas próprias mãos construíram esses monumentos e conjuntos de referências culturais. Correlacionados a uma prática, um tempo e incorporados a um complexo sistema cultural, esses bens deveriam ser preservados para que as gerações futuras não se esquecessem de sua própria história.

Segundo Oliveira (2001), o conceito de patrimônio está diretamente relacionado com o conjunto de bens fruto das relações do homem com o meio ambiente e com os demais homens, assim como as interpretações dessas relações. Para o autor a apropriação destes elementos induz a consciência da existência desse patrimônio, assumindo enquanto conjunto de signos que permite a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço.

Conforme Penin (2010), a palavra “patrimônio” remete à noção de valor acumulado em um determinado espaço de tempo. Quando associado à palavra “cultural”, o patrimônio perde sua conotação econômica e seu valor passa a ser mensurado a partir de suas características básicas (beleza, modo de fazer, relevância para a comunidade, etc.).

Para Spitz e Ono (2012) patrimônio cultural de um povo é tudo aquilo que se relaciona com sua história, memória e identidade, incorporando desta forma toda sua produção

simbólica, os seus saberes e fazeres, seus monumentos e práticas, suas expressões e manifestações culturais. O reconhecimento destes bens simbólicos, dos centros históricos, dos artefatos arqueológicos produzidos pelos antepassados, das festas e celebrações, costumes tradicionais, entre outros, torna-se a melhor alternativa de preservação da rica diversidade cultural deste povo.

De acordo com Oliveira (2008), o valor dos objetos considerados “patrimônio cultural” é determinado pelos mitos e pelas tradições que lhes servem de suporte. Os mesmos são utilizados como elemento construtivo do discurso nacional nos Estados modernos que, através de determinados agentes e com base em instrumentos jurídicos delimitam um conjunto de bens no espaço público, aos quais atribuem o valor de símbolos nacionais (PENIN, 2010).

Durante o século XX, contudo, em função do advento do conceito antropológico de cultura, amplia-se o espectro de bens incluídos na categoria de “patrimônio cultural”. A partir da Convenção da UNESCO de 1970 passaram a ser considerados como patrimônio cultural não só os edifícios, monumentos e obras de arte, mas também artefatos arqueológicos e etnológicos, manuscritos, livros, arquivos sonoros, fotográficos e cinematográficos, bem como bens de origem natural (PENIN, 2010).

No Brasil, a Constituição de 1988 define como Patrimônio Cultural o conjunto de bens materiais e imateriais, que traduzem a história, a formação e a cultura de um povo, uma comunidade ou um país, abrangendo conjuntos arquitetônicos, urbanísticos, históricos e paisagísticos; paisagens culturais; paisagem que apresente provas de sua evolução ao longo do tempo; patrimônio cultural imaterial; sítios arqueológicos; áreas vizinhas a bens culturais; etc.

Penin (2010) oportunamente destaca o caráter multiculturalista da Constituição brasileira, a qual descarta a ideia de uma única nação e admite a pluralidade de culturas no território brasileiro. O autor destaca também que esta é a base constitucional sobre a qual se criam os instrumentos de preservação e gestão do patrimônio cultural.

A gestão de patrimônio envolve diversos aspectos, tais como a preservação de paisagens culturais, a administração e curadoria de coleções e a proteção do patrimônio imaterial. Contudo, nos tempos atuais, surge a seguinte problemática: como

é possível garantir a integridade do patrimônio cultural sem impedir que sejam exercidas atividades econômicas que atentam contra os mesmos?

Com o intuito de garantir a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade do meio ambiente, instituiu-se através da Lei 6.938/81 e da Resolução CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1997, a obrigatoriedade dos estudos de Licenciamentos Ambientais. Dentro do processo de licenciamento ambiental, estão incluídos estudos preventivos de arqueologia e ações compensatórias que seguem as normas metodológicas estabelecidas pela IPHAN através da Portaria nº 230 de 17 de dezembro de 2002.

Segundo Prous (2006) a arqueologia preventiva é necessária para evitar a perda de informações que, de outra forma, permaneceriam inacessíveis. Entretanto, como não há controle de qualidade, os resultados não são publicados e os objetivos das intervenções não são científicos. Para o autor, a arqueologia preventiva deveria vir como complemento para enriquecer as pesquisas científicas a serem executadas por universitários, o que dificilmente ocorre.

Para Schmitz (2001),

...muitos desses trabalhos não trazem contribuição científica imediata direta, mas com os dados produzidos podem ser somados e reelaborados numa tese de doutorado, numa dissertação de mestrado, ou numa comunicação de congresso. Com isso talvez se minore a sensação de que os resultados dos projetos contratados tenham como resultado final apenas um relatório, geralmente muito volumoso e ricamente ilustrado, que serve exclusivamente para atender exigências legais. Instituições universitárias de maior potencial humano e científico podem, facilmente, encarar a tarefa como excelente oportunidade para a produção de conhecimento novo (SCHMITZ, 2001, p.6).

Penin (2010) aponta avanços consideráveis alcançados na arqueologia devido aos projetos de contrato arqueológico. Segundo o autor, a maior significância atribuída aos sítios arqueológicos, à relação da arqueologia com as comunidades locais e às atividades de Educação Patrimonial, são consequências do aumento dos projetos de arqueologia de contrato, já que, segundo a legislação vigente, nos mesmos é obrigatória a execução de atividades de cunho educacional, através das quais “devolve-se” o conhecimento à comunidade onde foi desenvolvido o projeto de licenciamento.

Segundo Funari (2003), devido a grande demanda por levantamentos e resgates arqueológicos, desenvolveu-se, nos últimos anos, a arqueologia de contrato e surgiram

empresas privadas que executam os mais variados tipos de trabalhos arqueológicos. Para o autor, a arqueologia de contrato constitui uma importante maneira de proteger o patrimônio arqueológico, sem este viés, a destruição do patrimônio seria inevitável, devido ao grande desenvolvimento econômico das últimas décadas. No entanto, deveria haver a obrigatoriedade de publicações dos achados, permitindo o controle social das pesquisas.

Nos valendo parcialmente do termo criado por Marshall Sahlins (2003), podemos dizer que os sítios arqueológicos são "fragmentos de história"², que nos fornecem informações a respeito de um evento isolado mas que, conforme Clifford Geertz (apud SAHLINS, 2003), podem significar a atualização única de um fenômeno geral, ou ainda, uma realização contingente de um padrão cultural. Dessa forma, arriscamo-nos a dizer que a arqueologia preventiva se justifica por suas funções sociais e por seu caráter de atividade produtora de conhecimento. Ela é responsável por transformar a cultura material em patrimônio cultural, resgatando dos artefatos e vestígios arqueológicos os símbolos e significados que carregam, gerando a interação entre as comunidades atuais e as comunidades que lhes precederam.

5.3.10.5. A Ocupação Pré-Colonial na Grande Florianópolis

As primeiras pesquisas arqueológicas realizadas no estado de Santa Catarina foram desenvolvidas no decorrer da primeira metade do século XIX por naturalistas que buscavam desvendar as origens dos grandes *mounds* compostos principalmente por conchas, identificados em toda a costa catarinense. É nesse período, mais precisamente em 1849, que Varnhagen publica a primeira obra relacionada à arqueologia catarinense, chamada "*Ethinographia indígena: línguas, emigrações e archeologia*", na qual reconhece tais monumentos como resultado de ações antrópicas.

² Referência ao termo "Ilhas de História", que dá nome à uma das obras mais conhecidas do antropólogo Marshall Sahlins.

Em 1895 é publicada na Revista do Museu Paulista a primeira síntese a respeito da ocupação pré-colonial no Brasil meridional, a qual foi desenvolvida por Hermann Von Ihering a partir de dados etnográficos. De acordo com Piazza (1966), em seu texto o autor aborda temas relacionados à convivência entre os grupos indígenas e os imigrantes europeus, bem como a distribuição geográfica das diferentes etnias indígenas; apresenta informações acerca dos vestígios arqueológicos associados aos primeiros habitantes deste território (artefatos líticos, inscrições rupestres e sambaquis); e lança o panorama ocupacional pré-colonial, segundo o qual, havia um povo de pescadores, habitantes desde a Lagoa dos Patos até a Ilha de Santa Catarina, que viviam dos peixes do mar e dos moluscos, um povo habitante das matas, que seriam os Guarani, e um povo que habitava os campos de cima da serra.

Contudo, entre 1849 e 1915, os estudos *de veras* arqueológicos desenvolvidos em Santa Catarina tinham como principal objeto os sambaquis litorâneos. De acordo com Brandi (2004), os trabalhos publicados neste período se limitavam a procurar explicações que indicassem a origem da população que construiu os sambaquis, entre os quais podemos citar o trabalho de Rodrigues Peixoto (1885) e Rodrigues da Costa (1912), nos sambaquis do litoral sul catarinense, e Luiz Gualberto (1927), nos sambaquis de São Francisco do Sul.

A primeira pesquisa arqueológica empreendida no planalto catarinense foi realizada por Jorge Clarke Bleyer em 1908, tendo seus resultados sido publicados em 1912, 1919 e 1928. Bleyer desenvolveu, no município de São Joaquim, mapeamentos e escavações de abrigos rochosos nos quais foram encontrados vestígios de sepultamentos secundários que, na época, foram interpretados como restos de rituais antropofágicos.

Durante as décadas de 1920 e 1930 pouco se produziu sobre arqueologia em Santa Catarina. Novos avanços foram obtidos a partir da década de 1940, com os trabalhos desenvolvidos pelo casal Bigarella e Guilherme Tiburtius em torno dos sambaquis do litoral norte do estado, trabalhos estes que se estenderam até o início da década de 1960 e renderam, no mínimo, 18 publicações.

No litoral central de Santa Catarina, mais precisamente na região da Grande Florianópolis, as pesquisas arqueológicas sistemáticas só tiveram início na segunda metade da década de 1950, através das prospecções realizadas pelo Pe. João Alfredo

Rohr. Entre 1959 e 1961 Rohr publica quatro trabalhos nos quais aborda os resultados obtidos nas pesquisas desenvolvidas na Ilha de Santa Catarina, São Francisco do Sul e litoral sul catarinense.

Simultaneamente, Pe. Pedro Ignácio Schmitz desenvolve escavações em sítios cerâmicos da Tradição Tupiguarani no vale do Rio Uruguai e, em 1957 publica os resultados obtidos durante a escavação e a análise do material cerâmico coletado.

É, contudo, a partir da criação do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA) e sua instituição em Santa Catarina, em 1964, que as pesquisas arqueológicas no estado ganham fôlego e volume. O responsável pelo desenvolvimento do Programa no estado era o professor de História da América da recém criada Universidade Federal de Santa Catarina, Walter Piazza. Segundo Brandi (2004), Piazza publicou 17 artigos entre os anos de 1964 e 1977 e, após o encerramento do PRONAPA, nunca mais se dedicou a arqueologia. Suas publicações noticiavam os resultados das etapas de mapeamento e escavação de sítios arqueológicos distribuídos em todo o território catarinense.

Paralelamente aos trabalhos realizados por Piazza, João Alfredo Rohr, mesmo não possuindo qualquer vínculo com o PRONAPA, desenvolveu diversos projetos de mapeamento e escavação de sítios arqueológicos em todo o estado de Santa Catarina até início da década de 1980, sendo o responsável pelo registro de 433 sítios arqueológicos, distribuídos em 50 municípios³. Deve ser destacada também o trabalho de Ana Maria Beck, que realizou trabalhos significativos em sambaquis, nas regiões norte, central e sul de Santa Catarina.

Entre a segunda metade das décadas de 1980 e 1990, as pesquisas arqueológicas em tiveram um certo declínio, tomando novo fôlego a partir de 1997, após a Resolução CONAMA n° 237 que torna obrigatória a realização de pesquisas arqueológicas no contexto das licenças ambientais de empreendimentos que, com sua implantação, põem em risco a integridade do Patrimônio Cultural.

³ Dados obtidos através do sistema de consulta do CNSA/SGPA do IPHAN, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.doc>

Desse momento até o presente, inúmeros trabalhos de arqueologia preventiva (ou consultiva, ou de contrato, entre outras denominações dadas) foram realizados no estado, gerando grandes contribuições para o desenvolvimento de um panorama de ocupação pré-contato mais consistente do que o proposto por Ihering. Além desses projetos de arqueologia preventiva, continuam sendo desenvolvidas pesquisas acadêmicas em áreas pontuais do estado, tais como no planalto de Lages (IAP-UNISINOS); no planalto de Chapecó (CEOM-UNOCHAPECÓ); no extremo sul (IPAT-UNESC); no litoral sul e AMUREL (IAP-UNISINOS, GRUPEP-UNISUL, MAE-USP e Museu Nacional-UFRJ); no litoral central (NAU-UFSC); e no litoral norte (MASJ).

É, portanto, através de dados obtidos nos últimos 160 anos de pesquisa arqueológica, que elaboramos um breve panorama geral da ocupação pré-contato empreendida no território que compreende atualmente ao estado de Santa Catarina. Salientamos, contudo, que neste breve levantamento privilegiamos enfatizar o contexto arqueológico dos municípios que serão atingidos diretamente pelo empreendimento em tela.

Em suma, podemos dizer que ocorreram cinco processos de ocupação no período pré-colonial em Santa Catarina, empreendidos por diferentes grupos humanos. Tais distinções foram definidas no decorrer das últimas quatro décadas através de dados etno-históricos e tecnológicos.

Dessa forma temos, até o momento, o seguinte panorama arqueológico para Santa Catarina:

Tabela 1: Panorama Arqueológico Catarinense.

GRUPO ETNICO/TECNOLÓGICO	ÁREAS DE OCUPAÇÃO
Caçadores-coletores Tradição Umbu	Planalto e encosta da serra
Caçadores-coletores Tradição Humaitá	Vales dos grandes rios do planalto
Pescadores-caçadores-coletores	Toda planície costeira
Grupos Jê	Planalto, planície costeira e encosta da serra
Grupos Guarani	Vale do Rio Uruguai e planície litorânea

Como visto acima, na região da Grande Florianópolis, várias pesquisas sistemáticas foram realizadas desde a década de 1960 e diversos tipos de sítios foram identificados,

tais como sambaquis, cemitérios/aldeias Jê, aldeias e parapeiros Guarani, petroglifos e oficinas líticas.

Os grupos portadores da Tradição Umbu são considerados caçadores-coletores de alta mobilidade que ocuparam os campos do planalto e a encosta da serra catarinense, de onde obtinham os recursos necessários para sua subsistência. Até o momento são conhecidos três tipos de sítios arqueológicos associados a essa tradição cultural: acampamentos a céu aberto próximos a córregos perenes; abrigos rochosos ventilados e iluminados; aterros construídos junto a terrenos alagadiços próximos a rios e lagoas. Tais sítios comumente possuem pequenas dimensões e devem ter abrigado reduzidos grupos familiares sem residência fixa, devido à sua grande mobilidade territorial.

No que concerne ao tipo de material arqueológico identificado nesses sítios, destaca-se a presença de lítico lascado confeccionado sobre lascas e lâminas preparadas através das técnicas de percussão, pressão e polimento. Os artefatos comumente encontrados são: pontas de projétil, furadores, raspadores, pedunculares, pré-formas bifaciais e bolas de boleadeira (FARIAS, 2005).

As datas obtidas em sítios caçadores-coletores com material lítico da Tradição Umbu indicam que a ocupação exercida por esse grupo no estado se iniciou há a 9,5 mil anos A.P, nos campos e nas bordas do planalto. Tais dados foram obtidos em pesquisas recentes realizadas pelo Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP-Unisinos) no município de Taió (SCHMITZ *et al*, 2009), e pela equipe da Scientia Consultoria Científica no alto Uruguai (CALDARELLI; LAVINA, 2011).

No sítio SC-TA-19, escavado pelo IAP-Unisinos em 2008, foram identificadas diversas lascas em sílex e quartzo, além de pontas de projétil, bifaces, quebra-coquinhos e percutores. Segundo Schmitz (*et al* 2009), com a escavação verificou-se também a existência de um conjunto de pequenos fogões compostos por seixos e plaquetas de basalto e, no seu entorno os artefatos líticos acima citados. Ainda de acordo com o autor, com a análise de radiocarbono realizada a partir de amostras de carvão coletadas neste conjunto de fogões, obteve a data calibrada de 8.980 A.P.

Caldarelli e Lavina (2011), assim como Hoeltz e Brüggemann (2011), informam sobre datas obtidas no sítio Umbu com reocupação Guarani ACH-LP01, situado na área de impacto da UHE Foz do Chapecó, alto curso do Rio Uruguai. De acordo com os

autores, através de análise radiocarbônica realizada a partir de amostras de carvão do nível pré-cerâmico do referido sítio (40-50 cm), obteve-se a data de 9.460 A.P.

Nas áreas do planalto e do oeste catarinense não foram identificados elementos que permitissem a associação desses grupos caçadores-coletores portadores da Tradição Umbu a grupos etno-históricos, mas, ao que tudo indica, a ocupação desses grupos no planalto e suas bordas se estendeu até o século XI de nossa Era, período em que se inicia a expansão dos Jê nesse território.

É, também, nesse horizonte cronológico que estão situados os sítios da Tradição Umbu na encosta catarinense. De acordo com Claudino (2011), de 216 sítios arqueológicos mapeados pelo GRUPEP - Arqueologia (UNISUL) nos municípios da encosta sul catarinense, 185 estão associados aos caçadores-coletores portadores da Tradição Umbu, e suas datas variam entre 1180 e 700 A.P.

Sobrepondo dados arqueológicos e etnográficos, Farias (2005) verificou que nos locais onde ocorrem os sítios arqueológicos da Tradição Umbu, ocorreram também conflitos entre grupos Xokleng e colonizadores europeus. A partir desses dados, a autora propôs que os caçadores-coletores portadores da tradição Umbu seriam os antepassados desse grupo etnográfico conhecido como Xokleng, dos quais trataremos mais a frente.

Assim como o planalto, a planície costeira de Santa Catarina vem sendo ocupada por grupos humanos há milhares de anos, e os principais registros dessa antiga e densa ocupação são os sambaquis, sítios arqueológicos associados aos grupos pescadores-caçadores-coletores.

De maneira geral, os sambaquis são acúmulos de material malacológico de origem lagunar ou marinha, depositados em secções horizontais, intercalados por estratos compostos por areia com ou sem matéria orgânica. Associada à esta base 'construtiva', são encontrados, dentro dos diversos tipos de sambaquis, ossos de peixe, mamíferos e aves, artefatos líticos, instrumentos confeccionados em osso e sepultamentos.

Estudos sobre a variação cultural dos sambaquis de Santa Catarina são realizados desde o início do século XX, mas destacamos os trabalhos de Anamaria Beck,

realizados entre as décadas de 1960 e 1970, mas publicados em 2007; Andreas Kneip (2004), De Blasis (*et al.* 2007) e Assunção (2010).

Beck (2007), dividiu o litoral catarinense em três setores (sul, central e norte), elegendo um sítio por setor, sobre os quais realizou escavações sistemáticas. Através dos trabalhos realizados nos três setores, Beck identificou cinco variações culturais, às quais classificou como fases Congonhas (litoral sul), Ponta das Almas, Rio Lessa (litoral central), Morro do Ouro e Enseada (litoral norte). Tal categorização foi desenvolvida pela autora levando em consideração o tamanho dos sítios, o tipo de indústria lítica, a ocorrência ou não de sepultamento e suas variações, e a ocorrência ou não de cerâmica.

Tais elementos foram os mesmos considerados pelos demais autores citados, contudo, estes desenvolveram suas análises sobre os sambaquis situados na planície sedimentar do complexo lagunar sul catarinense, mais precisamente nos municípios de Tubarão, Jaguaruna, Laguna, Capivari de Baixo e Treze de Maio.

Assunção (2010), propõe a categorização dos sambaquis situados nessa área em três tipos distintos:

Tipo A: Os sambaquis principais. Esse grupo é composto por sítios que geralmente apresentam grandes proporções, comportando-se como marcos referenciais em meio à paisagem, possuindo estratigrafia formada por várias camadas compostas de conchas, desde sua base, intercaladas a camadas com muito material orgânico onde podemos encontrar a maioria dos sepultamentos, além de artefatos, estruturas de combustão, restos de alimentação e por vezes buracos de estaca. A partir de seu tamanho e da sua relação funerária esses sambaquis foram interpretados como monumentos intencionalmente vocacionados desde o início de sua construção, estando voltados à prática de atividades relacionadas aos mortos (ASSUNÇÃO, 2010, p. 100).

Tipo B: Sítios satélites. Esse grupo é formado por casqueiros de tamanho menor, com estratigrafia simples, com camadas superficiais conchíferas muito orgânicas e queimadas, sobre montículos de sedimento arenoso estéril. Esses sítios não possuem função funerária, uma vez que neles não encontramos sepultamentos, a baixa incidência de artefatos de qualquer natureza causam problemas quanto a caracterização de sua função, no entanto, espacialmente eles se comportam como periféricos, sendo sempre encontrados nas proximidades de concheiros principais, nunca isolados. As datações realizadas demonstram que eles são contemporâneas aos sambaquis funerários de seus grupos, podendo ser avaliados como vestígios de eventos realizados em curtos períodos de tempo (ASSUNÇÃO, 2010, p. 100-101).

Tipo C: Sítios tardios. O último grupo é formado pelos sítios que apresentam ocupações ligadas a períodos mais recentes com datas variando entre 1500 e 500 anos AP. Apresentam estratigrafia composta por pacotes homogêneos formados por sedimento arenoso associado à baixa quantidade de conchas. Seu tamanho varia entre médio e pequeno, não alcançando a estatura dos grandes sambaquis do tipo A. Sepultamentos também são detectados, associados a alta incidência de pedras de fogueira, artefatos ósseos e líticos, a primeira vista semelhantes aos encontrados nos sítios principais, além de fragmentos cerâmicos em pequena quantidade (ASSUNÇÃO, 2010, p. 101).

Fazendo uma grosseira associação com a tipologia proposta por Assunção (2010) e a categorização proposta por Beck para os sambaquis do litoral central, podemos dizer que os sambaquis do tipo C de Assunção correspondem aos sambaquis das fases Ponta das Almas (sem cerâmica e Rio Lessa (com cerâmica) de Beck.

É importante salientar que, tanto os sítios tipo C de Assunção, quanto a ocupação cerâmica identificada nas camadas mais superficiais dos sambaquis do litoral central têm sido associadas à ocupação Jê nessas regiões (SCHMITZ; ROGGE, 2012).

A data mais antiga que se tem até o momento para a ocupação dos pescadores-coletores no litoral catarinense é de 7.570 anos A.P (calibrada), e foi obtida no sambaqui Rio Caipora, município de Treze de Maio (ASSUNÇÃO, 2010). As demais datas obtidas para essa mesma região denotam uma continuidade 'cultural' que se estende até 1.500 anos A.P, sem intervalos aparentes.

Além dos grupos sambaquieiros, o litoral de Santa Catarina é marcado pela presença dos grupos Jê meridionais. Estudos linguísticos e etnográficos informam que esses grupos, hoje representados pelos Kaingang e Xokleng, fazem parte do tronco linguístico Macro-Jê, originado no planalto central brasileiro, mais precisamente entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia, possivelmente nas proximidades do grupo Jê central atualmente extinto, conhecido como Xakriabá. De acordo com Urban (1992), os Jê meridionais teriam iniciado sua migração em direção ao sul a 3.000 anos atrás, mas até o momento se desconhece o momento de sua chegada na região e as motivações de tal migração. O que se acredita, contudo, é que buscavam áreas com características semelhantes às do seu habitat de origem, o planalto central brasileiro.

Ao chegar no planalto meridional brasileiro, estes desenvolveram um *ethos* que está diretamente associado às configurações e às transformações ambientais dessa região. Deste *ethos*, que assim como o ambiente sofreu diversas modificações nos dois

últimos milênios, o que é possível captar através das pesquisas arqueológicas está depositado na cultura material e nas estruturas de habitação e cerimoniais deixadas por esses grupos. Da cultura material, encontram-se fragmentos de cerâmica e artefatos líticos produzidos a partir do lascamento e/ou do polimento sobre blocos de basalto e arenito. Já as estruturas de habitação e cerimoniais, podem apresentar formas e dimensões diferentes, isoladas ou compondo agrupamentos.

Estudos realizados no planalto e litoral catarinense captaram registros de atividades dos povos Jê a partir do século III da nossa Era, obtidos em áreas cerimoniais com sepultamentos, como os abrigos sob rocha do vale do Canoas e o cemitério litorâneo de Içara, 1735 A.P e 1580 A.P, respectivamente (DE MASI, 2005, SCHMITZ; ROGGE, 2012).

Tanto no planalto como no litoral, esse período que se estende do século III até o século XII da nossa Era é marcado pela alta mobilidade desses grupos, que parece estar associada a captação de recursos sazonais presentes nesses dois compartimentos geomorfológicos.

No planalto, o período de menor mobilidade parece estar marcado por um aumento na complexidade social desse grupo, registrado com o aumento do tamanho das casas e com a formação de aterros niveladores no entorno das mesmas; com uma maior distribuição das estruturas dentro de uma 'área de domínio'; e com o surgimento dos 'danceiros', que seriam elementos centralizadores de determinados grupos familiares (REIS, 2007, SALDANHA, 2005, MULLER, 2008, SCHMITZ; NOVASCO, 2011).

No litoral, o período de menor mobilidade se inicia juntamente com o surgimento da formação pioneira de restinga e está caracterizado pelos sítios do litoral central e norte de Santa Catarina, como Rio do Meio (1170 A.P), Praia da Tapera (1140 A.P) e Base Aérea (800 A.P) na Ilha de Santa Catarina; Laranjeiras I, em Balneário Camboriu; Forte Marechal Luz (880 A.P), Enseada I e Bupeva II, em São Francisco do Sul; e Itacoara, em Joinville. Estes sítios são compostos por áreas de habitação e apresentam vestígios materiais (cerâmica Taquara/Itararé e artefatos líticos) que remetem a uma ocupação mais estável que no período anterior (BANDEIRA, 2004, SCHMITZ; ROGGE, 2012).

É também, dentro desse horizonte cronológico (do século X ao XIV da nossa Era) que estão situados os vestígios associados aos grupos de alta mobilidade que ocupavam a encosta da Serra Geral. Acredita-se que esses grupos são os antepassados dos Xokleng históricos que, desde o início da ocupação europeia ocupavam esse mesmo espaço.

Mais precisamente no início do século XX, quando da chegada dos imigrantes ao território que hoje corresponde à zona rural da Grande Florianópolis, essa região era ocupada por esses grupos Xokleng, também conhecidos por botocudos ou brugres, que habitavam e circulavam pela extensa área de terras dos três estados do sul do Brasil e entre o planalto serrano e o litoral.

Os Xokleng, que tradicionalmente ocupavam as áreas cobertas pelas florestas da Mata Atlântica e Araucária, deslocavam-se continuamente em busca de alimento de acordo com o que o meio poderia lhes oferecer em cada uma das estações do ano. Isso os fazia migrar, por exemplo, para o planalto serrano em busca do pinhão durante os meses que antecediam o inverno e retornavam as terras próximas ao litoral quando lhes apresentavam frutos próprios da região, estação e caça. Esse deslocamento aponta para uma grande mobilidade dentro de seu território ou um movimento pendular entre o litoral e o planalto, com nítidas características estacionais (ZANELATTO; OSÓRIO, 2012).

Os homens Xokleng, fisicamente, eram robustos e altos, já as mulheres tinham estatura baixa. Eram monogâmicos mas, aos guerreiros de valor e aos chefes da tribo era permitida a poligamia. O matrimônio não era indissolúvel, podendo o homem trocar de mulher quando quisesse. Uma tribo era composta por diversos grupos que costumavam reunir-se a cada mês para celebrar festas em comum. Um grupo era formado por, aproximadamente 8 a 10 famílias. Eram nômades e deslocavam-se constantemente em busca de caça e coleta. Para Santos (1973 *apud* CLAUDINO, 2011), o nomadismo teria sido uma adaptação às áreas de encosta, já que teriam sido expulsos pelos Kaingang do planalto.

Nas áreas abaixo da serra, os Xokleng costumavam viver em pequenos grupos familiares que podiam variar de oito a trinta pessoas. Provavelmente este número era

um fator facilitador da caça e a coleta, quando que no planalto os grupos poderiam chegar a cinquenta pessoas, inclusive com a agregação de famílias aparentadas.

Para Zanelatto e Osório (2012), os conflitos que aconteceram ao longo do século XX envolvendo, por um lado os Xokleng, e de outro, as frentes coloniais e os tropeiros, principalmente por meio da atuação dos chamados “bugreiros”, acabou por promover um processo de extermínio do povo Xokleng. Para buscar apoio e justificar estas execuções era necessário persuadir as comunidades quanto à necessidade destas ações.

A caracterização dos Xokleng como “selvagens desalmados”, que tudo fazia para matar o branco, foi comum e necessário para justificar as ações deflagradas pelos bugreiros e colonos. Várias histórias sobre a agressividade dos Xokleng foram usadas para considerá-los indomesticáveis, traiçoeiros, inclinados ao roubo, cujo maior prazer era matar os brancos (SANTOS, 1973 *apud* SOUZA; FARIAS, 2005, p. 150).

De acordo com Silvio Coelho dos Santos, os bugreiros agiam em grupos que variavam de 8 a 15 pessoas, podendo haver uma variação desta quantia para mais ou para menos, geralmente formado por parentes entre si. A maioria era composta por caboclos conhecedores das florestas que operavam sob o comando de um líder, e os ataques desferidos aos acampamentos se davam de surpresa ao amanhecer.

De acordo com Claudino (2011), no final do século XIX e início do XX houve a intensificação dos conflitos entre Xokleng e imigrantes. Para acabar com esse "problema", os presidentes da Província de Santa Catarina, agentes colonizadores e imigrantes passam contratar profissionais que realizavam ataques visando afugentar e assassinar os índios.

Zanelatto e Osório (2012) nos relatam que os últimos Xokleng da região sul catarinense foram os que conseguiram sobreviver ao feroz processo colonizador, diga-se de passagem, implementado pelo Governo Imperial ainda na primeira metade do século XIX. Para esses poucos, o destino foi o confinamento em áreas determinadas pelo Estado e pelo SPI – serviço de Proteção ao índio. Mesmo diante de tanta violência, os Xokleng se mantiveram num estado de luta permanente para assegurar a sua a sua sobrevivência diante da conquista, mesmo depois da destruição quase que total dos recursos naturais que em outros tempos eram abundantes em sua terra.

Os registros arqueológicos apontam a presença dos grupos portadores da Tradição Tupiguarani no sul do Brasil ao mesmo tempo em que se registram as primeiras ocupações Jê na mesma região, ao redor do século quinto de nossa Era. Assim, ao que tudo indica, esse movimento de colonização tem seu ponto de partida nas áreas da Floresta Amazônica, descendo pelas matas do curso médio do Paraná, donde se estendem para as matas do Uruguai e do Jacuí (SCHMTIZ, 2005).

As primeiras pesquisas arqueológicas realizadas na região Amazônica se iniciaram na década de 1960 com o surgimento do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica – PRONAPA, comandado pelo casal norte-americano Clifford Evan e Betty Meggers. A partir do programa trabalhos sistemáticos – com teorias, métodos e hipóteses definidos – passaram a ser realizados. O PRONAPA tinha como objetivo inicial estabelecer cronologias relativas e absolutas, a fim de definir a direção das influências, migração e difusão das culturas através do método Ford, que tinha como foco os mecanismos pelos quais se modificam as culturas (NOELLI, 1996).

A grande questão levantada por Evans e Meggers girava em torno da influência exercida pelo ambiente no processo de adaptação do homem. Tais hipóteses estão associadas à corrente histórico-culturalista, a qual entende que a transferência dos mecanismos de adaptação biológicos para os culturais não livra o homem das restrições impostas pelo ambiente que o cerca. Dentro dessa perspectiva, Meggers (1974) pressupunha que o ambiente amazônico não seria propício para o desenvolvimento de culturas em longo prazo por serem áreas com potencial agrícola limitado, atribuindo a região circum-caribenha o centro da origem da cultura encontrada no território amazônico. Segundo Meggers (1974), através da migração dos grupos, as técnicas agrícolas e cerâmicas teriam chegado à floresta tropical amazônica por volta de 3.000 anos A.P.

Com base nessa hipótese foram elaborados diversos modelos baseados em dados etnográficos, arqueológicos e linguísticos, que tem o objetivo de fixar um local de origem para os povos pertencentes ao tronco linguístico Tupi-guarani, e estabelecer suas rotas de migração para o litoral e para o sul do Brasil.

Um dos modelos mais influentes é o elaborado por Métraux (1927), que acredita ser a Amazônia o centro da dispersão dos Tupis. Outro modelo bastante difundido tem

origem nas pesquisas de Aryon Rodrigues, que classifica o tronco Tupi em dez famílias, das quais, seis estão presentes no território rondoniense, o que aponta a região como possível centro da dispersão Tupi-Guarani. Contestando as teorias de Meggers, o antropólogo Donald Lathrap (1975) propõem que o centro da origem dos Proto-Tupi estaria situado na confluência do rio Madeira com o Amazonas. Contudo, influenciado por Rodrigues (1964), o autor sugere que o ponto de dispersão desses grupos estaria localizado na região da Serra dos Parecis, tendo migrado até lá devido à pressão dos Aruak (CRUZ, 2008).

Brochado (1984), partindo do modelo proposto por Lathrap e se baseando em dados arqueológicos, linguísticos e etnográficos, desenvolve o modelo mais completo e mais aceito até então. Segundo o autor, os Tupi-Guarani teriam sua origem entre o rio Madeira e o Guaporé. Ali teriam desenvolvido a cerâmica que o autor classifica como Tradição Policrômica Amazônica, com as cerâmicas Guarani e Tupinambá como subtradições desta.

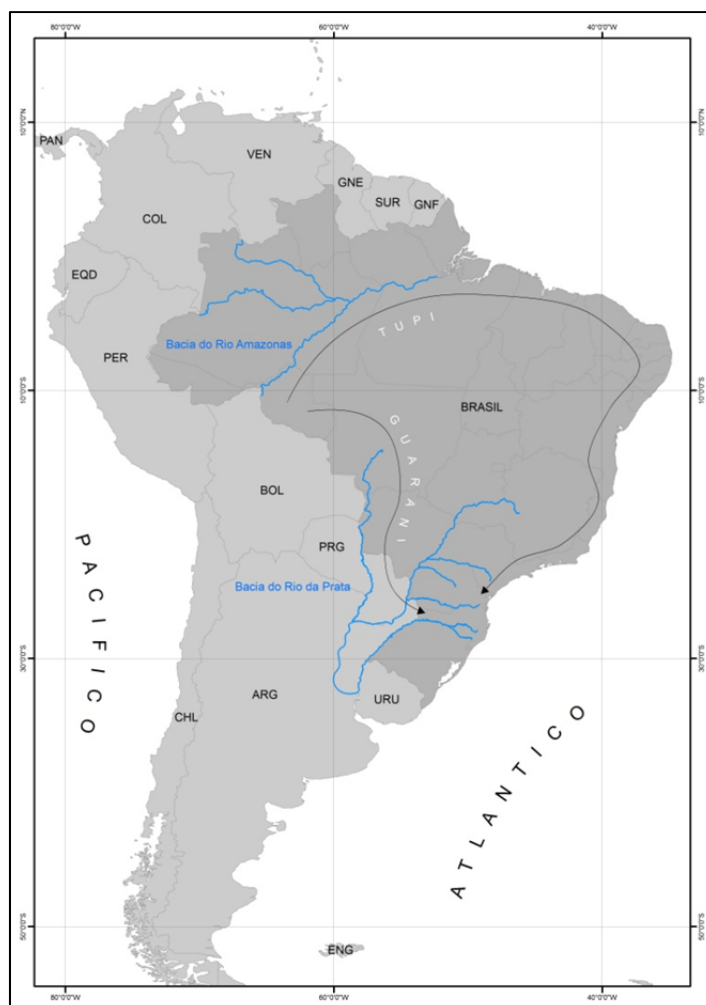


Figura 2: Migração dos Grupos Pertencentes ao Tronco Linguístico Tupi-Guarani.

Segundo Brochado (1984), os grupos que confeccionavam a cerâmica Guarani teriam migrado em direção ao sul do continente, descendo pelas bacias hidrográficas do interior (Paraguai, Paraná, etc.). Já os grupos que confeccionavam a cerâmica Tupinambá teriam migrado pela margem direita do rio Amazonas até o litoral nordeste do Brasil, descendo pelo mesmo até chegar ao litoral norte do Paraná.

A organização territorial Guarani se divide em diferentes dimensões espaciais, que parte desde a menor unidade de convívio social, representada pela casa onde reside a família nuclear, até o **guará** o território Guarani, no seu nível mais amplo. O **teko'á** se constitui a partir de um conjunto de aldeias e acampamentos que formam então um território de domínio e influência, delimitado por limites geográficos naturais como rios, morros, arroios, etc. (MILHEIRA, 2008).

Mas, além das áreas de maior amplitude da divisão territorial Guarani, existem também áreas de funcionalidades específicas, voltadas para a exploração e captação de recursos, que são conhecidas como micro-ambientes ou ecozonas. São nessas áreas que se desenvolvia a captação de recursos ambientais e a produção de bens materiais (MILHEIRA, 2008).

Dados arqueológicos e históricos informam que em toda costa catarinense encontravam-se indígenas Guarani (Carijós), situados nas áreas cobertas por cordões de dunas estáveis e organizados em aldeias. Estes grupos utilizavam diversificados tipos de vasilhas cerâmicas durante afazeres domésticos e eventos rituais, fazendo com que seja encontrado nos sítios associados a esse grupo, fragmentos de grandes vasos para preparação e conservação de bebidas fermentadas, panela para cozimento de alimentos, tigelas e pequenos potes para servir comidas e bebidas.

O conhecimento de que se dispõe atualmente a respeito da ocupação pré-colonial empreendida pelos Guarani no sul do Brasil, é produto do cruzamento de dados etnográficos, históricos e arqueológicos. Ainda hoje, quando se busca informações a respeito do sistema de organização social e cultural desse grupo, lembra-se e recorre-se ao modelo etnoarqueológico proposto para a região do delta do Rio Jacuí (Rio Grande do Sul), por Francisco Noelli em sua dissertação de mestrado intitulada “*Sem Tekohá não há Tekó*”, defendida no ano de 1993.

Noelli (1993) desenvolveu seu trabalho a partir da análise de uma enorme gama de documentos, que incluem tanto crônicas etnográficas do século XVI, quanto relatórios de pesquisa arqueológica do ano de 1992. Segundo o autor, o objetivo geral da dissertação é o de elaborar uma síntese de elementos comuns aos Guarani *arqueológicos* e *históricos*, tais como a espacialidade das estruturas dos assentamentos, as áreas de captação de recursos, os equipamentos e estratégias de subsistência, os alimentos e a língua. Da arqueologia o autor extraiu dados referentes à forma das estruturas, a dispersão das mesmas no assentamento e a localização dos utensílios associados às estruturas habitacionais e anexas. Da etnografia e da linguística extraiu dados referentes ao uso, modo de construção e forma das estruturas que compõem os assentamentos.

Em seu trabalho, Noelli (1993) faz a caracterização das estruturas partindo da definição das tão conhecidas “manchas pretas”, as quais, associadas à cerâmica, exercem papel de fósil guia dos sítios Guarani. Segundo o autor as manchas pretas são o registro do que um dia foi uma estrutura, ou de habitação (onde residiam as famílias), ou anexas (onde se realizam atividades domésticas). As estruturas de habitação concentram a maior quantidade de cerâmica e nunca são encontradas isoladas, uma vez que a "aldeia" era sempre formada pelo agrupamento de algumas famílias que habitavam, cada qual, uma grande casa.

Contudo, apesar de tentadora, a aplicação do modelo etnoarqueológico proposto por Noelli, é perigosa, principalmente quando o intuito é o de explicar o processo de ocupação Guarani na região sul de Santa Catarina.

Assim como Noelli, recentemente, Rafael Milheira (2010) propôs em sua tese de doutorado um modelo de ocupação e aproveitamento territorial Guarani. Para tal, o autor revisita sítios arqueológicos mapeados por Rohr (1984), realiza novos mapeamentos na região sul de Santa Catarina e se utiliza de dados de escavações realizadas em 10 sítios superficiais.

A área piloto pesquisada por Milheira compreende à faixa litorânea que tem como limite norte a barra do Camacho, e como limite sul a barra do rio Urussanga, litoral sul de Santa Catarina. Nesse recorte territorial Milheira reúne informações sobre 41 sítios Guarani e, é a partir da análise intra e inter sítios que o autor elabora seu modelo de ocupação, buscando abordar a história de longa duração Guarani numa perspectiva regional, articulando as informações geradas a partir das escavações arqueológicas e informações etnohistóricas e etnográficas.

A partir dos dados disponíveis na literatura arqueológica e cruzando-os com os dados obtidos em sua pesquisa, Milheira propõe que os Guarani tenham ocupado essa região em um momento de possível "abandono" desse território. De acordo com o autor, na região do litoral sul não havia uma ocupação efetiva, uma vez que os grupos sambaquieiros já haviam se diluído por volta de 1500 anos A.P. e os grupos Jê apenas desciam ao litoral para eventuais rituais funerários. Portanto, ao chegarem nessa região, por volta de 600 anos A.P. os Guarani não encontraram as dificuldades que lhes eram impostas em outras regiões. Isso explicaria, conforme o autor, a ocorrência

de um adensamento de sítios arqueológicos Guarani em um território tão amplo em tão pouco tempo, num processo que não parece ter ultrapassado a faixa temporal de 150 anos para se desenvolver (MILHEIRA, 2010).

Consideramos que o momento inicial da chegada dos grupos Guarani na região não tenha se dado por um processo de adensamento populacional, mas sim, por uma intenção de ocupação daquele território coordenada e estrategicamente pelas lideranças. Ou seja, a chegada massiva e "repentina" dos Guarani não foi resultado de um adensamento populacional gradual e lento que caracteriza o "enxameamento", mas sim, um processo de ocupação rápido coordenada a partir de alguma região interiorana ou mesmo de outras localidades do litoral. Tratar-se-ia, sob este ponto de vista, de uma leva expansionista provinda de algum local já ocupado densamente, como, por exemplo, a região interiorana do Estado de Santa Catarina, ou mesmo, o litoral norte do mesmo Estado. Este processo de ocupação territorial estaria vinculado então ao costume Guarani de ocupar novas áreas para o desenvolvimento da vida tradicional, o que envolve novas áreas de plantio, controle de novos recursos e etc. (MILHEIRA, 2010, p. 139).

Acreditamos na validade do modelo proposto por Milheira que, em alguns aspectos, se assemelha a modelos anteriores propostos por outros pesquisadores e, em outros aspectos, diverge dos mesmos (BROCHADO, 1984; NOELLI, 1993; LAVINA, 2000; SCHMITZ, 2005). Ao contrário dos autores citados acima, que acreditam em um adensamento gradual da ocupação Guarani, Milheira propõe uma "invasão" massiva e coordenada, que visava garantir a dominação desse território.

Se considerarmos as datas obtidas na região dos vales dos rios d'Una⁴ (650 A.P.) Tubarão⁵ (650 A.P.), Capivari⁶ (505 A.P.), Jaguaruna (550 A.P.) e Urussanga⁷ (570 A.P.), o que se verifica é a ocorrência de um processo que dura em torno de 150 anos. Contudo, ao contrário do que propõe Milheira (2010), as datas indicam que o processo de migração Guarani para a planície costeira de Santa Catarina se deu a partir do

⁴ Data obtida no sítio cerâmico Araçatuba, no município de Imbituba (MELLO, 2006).

⁵ Data obtida no sítio cerâmico Mato Alto, no município de Laguna (MAURICIO, 2008).

⁶ Data obtida no sítio cerâmico SC-SM-06, no município de São Martinho (DeMASI, 2006).

⁷ Datas obtidas nos sítios cerâmicos Sibelco e Olho d'Água I, município de Jaguaruna (MILHEIRA, 2010).

litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, e não do litoral norte de Santa Catarina. Isso, pelo fato de que poucos são os sítios identificados no litoral centro-norte catarinense, enquanto que, abaixo do Mampituba, verifica-se uma densa ocupação desse grupo.

Ao contrário do que ocorre no litoral sul e litoral central de Santa Catarina, no litoral norte a ocupação Guarani aparenta não ter tido tanta expressão quanto os grupos sambaquieiros ou mesmo Jês, uma vez que reduzidos são os sítios associados a ocupação pré-colonial empreendida por esta população. Bandeira (2004), escavou um dos únicos sítios arqueológicos Guarani mapeados no litoral norte de Santa Catarina, denominado Poço-grande, para o qual obteve a data de 340+-35 A.P (termoluminescência). Se associarmos esta data às datas obtidas no litoral sul por Milheira (2010), De Masi (2006) Mauricio (2008) e Mello (2006), é possível supor que o processo de migração dos Guarani para o litoral norte não tenha sido efetivado devido à chegada dos europeus na costa catarinense. Portanto, considerando uma migração de sul para norte, supõem-se que quando os Guarani estariam iniciando uma disputa (bélica ou não) com os Jê pelo território do litoral norte, houve o contato com o europeu, fazendo com que tal processo fosse interrompido.

5.3.10.6. Gênese e Evolução Socioeconômica da Grande Florianópolis

Com o advento das grandes navegações e da expansão europeia no fim do século XV e início do século XVI, que culminaram com conquistas territoriais além-mar incluindo o novo mundo, as novas terras banhadas pelo Oceano Atlântico passaram a ser constantemente visitadas, impulsionando a expansão territorial promovida pelas potências marítimas da época, em especial, Portugal e Espanha. Toda a América que, durante milênios, foi dominada por populações que ocupavam o continente e aqui buscavam novos territórios, passou a ser disputada e sucessivamente ocupada por populações de origem europeia.

Desde o início do século XVI o litoral catarinense tem sido refúgio, abrigo natural e passagem de muitos navegantes que utilizavam-se do oceano atlântico para suas investigações e exploração do novo continente que despontava com grande potencialidade para várias nações. Com a intensa circulação de embarcações na costa do Brasil desde o início do século XVI associado à deficiência de suportar as intempéries e as desafiadoras formações geográficas do sul do continente americano, foram registrados uma série de naufrágios ocorridos ao longo de pelo menos cinco séculos de história de navegação em nossas águas.

A transformação do espaço geográfico de Santa Catarina é facilmente observável, bastando-nos um tempo de confrontações entre o ontem e o hoje. Mas, as grandezas e a velocidade da transformação nem sempre são suficientemente compreendidas, inclusive como movimentos de brutal supressão ou desfiguração de muitas de suas peculiaridades. A modernização tende a uniformizar costumes e valores culturais, sobrando cada vez menos às peculiares diferenciações, sujeitas à morte lenta ou súbita.

Os estudos de geografia urbana estão se tornando mais frequentes entre outros motivos pelo rápido crescimento das cidades brasileiras. E cada vez mais estes estudos têm-se orientado no sentido de distinguir tipos de cidades, conforme a gênese, atividades e paisagens. Santa Catarina tem o privilégio de ostentar uma grande variedade de cidades, sendo lícito falar-se em várias séries urbanas. Assim, Desterro, atualmente a Região Metropolitana de Florianópolis da qual Palhoça faz parte,

interessa-nos, sobretudo pelas características originais que apresenta desde sua formação.

Desde 1748 aplicava-se o interesse geopolítico português sob o velho princípio do “povoar para conquistar”, estimulando-se a emigração de famílias dos Açores e lhes concedendo glebas sesmeiras para atividades primárias. Segundo Piazza (1983), os açorianos vieram em número reduzido, pouco mais de 6 mil famílias, durante alguns anos. Vieram numa época ainda subordinada, segundo Mumford (apud PIAZZA, 1983), ao domínio do paleotecnismo. A máquina a vapor era ainda um sonho de engenheiros ingleses e as fundições, à base de lenha e carvão vegetal, não produziam ferro em abundância.

Para Bastos (2002), foi a partir da segunda metade do século XVIII que a coroa portuguesa promoveu o povoamento do litoral sul brasileiro, numa evidente estratégia econômico-político-militar, frente à expansão espanhola, a partir do Rio da Prata, pois as correntes vicentistas do século XVII chegaram apenas até São Francisco do Sul. A busca de novas áreas para os capitais comerciais portugueses, bem como para garantir o povoamento efetivo, levaram ao estabelecimento de colônias de povoamento no litoral catarinense. A consolidação do desenvolvimento econômico do litoral catarinense deu origem a três centros comerciais: Desterro, São Francisco do Sul e Laguna.

Para Mamigonian (1966) podemos distinguir em Santa Catarina vários tipos de regiões quanto à produção, como é o caso do litoral açoriano, de povoamento antigo, especialmente na área de Florianópolis. Durante os séculos XVII e XVIII os paulistas alcançaram o território catarinense pelo litoral e pelo planalto. No litoral apresaram índios e se instalaram em explorações agrícolas primitivas, quase de subsistência.

O litoral foi transformado no século XVIII com o estabelecimento dos casais açorianos e madeirenses: as explorações policultoras familiares forneceram, nos fins do século XVIII e inícios do XIX, importantes excedentes alimentares (farinha de mandioca, arroz, feijão, melado, etc.), que se destinaram ao abastecimento do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e até mesmo Montevidéu, (MAMIGONIAN, 1966). Nasceram, assim, no litoral catarinense os centros comerciais, Desterro, São Francisco do Sul e Laguna.

Em decorrência das atividades econômicas em implantação, havia necessidade de promover efetivo povoamento do território próximo às áreas de pesca, como também a defesa do território, o que levou à construção de uma série de fortificações na Ilha de Santa Catarina e área continental circunvizinha, a qual fora escolhida pelas condições naturais favoráveis ao estabelecimento das armações e às invasões e, portanto, à defesa.

As colônias de povoamento açoriano-madeirense estavam alicerçadas na pequena propriedade familiar onde o colono, diferentemente dos escravos das “*plantations*”, tinha a liberdade de praticar uma policultura de subsistência e utilizar o excedente em benfeitorias na propriedade, ou para adquirir artigos importados. Esse foi o fator fundamental que propiciou a emersão de Desterro à posição de destaque no cenário colonial como uma das áreas fornecedoras de gêneros alimentícios.

Os açorianos e seus descendentes assimilaram rudimentares técnicas agrícolas, pesqueiras e outros conhecimentos indígenas. Suas contribuições para o desenvolvimento posterior da pesca e da indústria náutica foram notáveis, embora sob evidentes limites do paleotecnismo, da ostensiva utilização da madeira e das fontes primárias de energia hidráulica, tração animal e do fogo. Mesmo sendo constituídos por apenas um punhado de famílias, ao longo dos tempos se multiplicaram na condição de brasileiros e deixaram marcas profundas na configuração técnica, cultural, econômica e administrativa, sobretudo nas áreas litorâneas do Estado.

Os atrativos ou fatores de fixação do catarinense na planície não se restringiram aos solos arenosos, aptos para cultivo da mandioca⁸, e à oferta de alimentos aquáticos, valores essenciais para os grupos indígenas. Não se limitaram às condições morfológicas costeiras que facilitaram a atracação de embarcações e origens das primeiras vilas e cidades portuárias, desde os lusos-brasileiros-vicentistas-africanos aos açorianos, que montaram redes de engenhos farinheiros e de açúcar mascavo,

⁸ Os terrenos arenosos e maciços das baixadas estáveis e das instáveis restingas (termo popularizado pelo geólogo Alberto Ribeiro Lamengo, na década de 40) abrigavam bem o principal cultivo da mandioca, planta de raiz rica em amido, palatável após operações de eliminação da intolerável acidez cianídrica.

“armazões de baleia” e comunidades de pesca. Durante muito tempo, o ingresso destes, acontecia em escala modesta quanto ao número de moradores e relativamente lento.

Também não se restringiram a influência de vias prioritárias de conexão ao longo do litoral e deste partiram aos espaços que demandavam a Santa Catarina do Planalto. Não se restringiram aos efeitos da revolução turística, responsável por gigantismo movimento de produção e transferência de materiais que se destinam à formação de espaços edificados em relação à ambientes costeiros, sem todas as latitudes da faixa marinha, condicionando imenso volume de turistas usuários e estimulando especializados serviços de atendimento.

Os atrativos para a fixação do catarinense na planície se referem, ainda, aos efeitos da contiguidade da mesma com vales de colonização, onde foram desencadeadas atividades policultoras e industriais, grande parte buscando saída de seus produtos pelos portos litorâneos. Exemplo disso é a planície marinha do entorno da Capital do Estado, Florianópolis, centro de um espaço de conurbação com São José, Palhoça e Biguaçu, em visível processo de expansão, isto é, de concentração de pessoas cujo ar que respiram tem o cheiro de moléculas evocativas da sensação de liberdade do mar, segundo Lago (2000).

O papel histórico de maior relevância pertenceu, é óbvio, aos transportes pela via marítima como muito bem demonstram as primeiras e importantes aglomerações litorâneas (São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna). Outras nasceram atreladas ao mar, como Itajaí, São José e Palhoça e, existindo ainda aquelas que se valeram das conexões com o mar, permitidas pelas vias fluviais da Vertente Atlântica, como Blumenau, Tijucas, Tubarão, Araranguá, etc., como vias de transporte, os rios tiveram considerável importância apenas algum tempo, quando eram ainda escassas outras possibilidades de comunicação (perda da força do comércio de cabotagem em relação ao rodoviário). Com o advento das ferrovias e da era rodoviária com os motores à explosão encerrou a carreira dos transportes fluviais que, ora gloriosa, tornara-se limitada a poucos fluxos e de curta duração.

De 1930 até meados da década de 1960, os negócios de Florianópolis permaneceram praticamente estagnados, pois a decadência econômica das áreas de colonização

açoriana e a perda da hegemonia do capital comercial sobre a fachada atlântica catarinense não permitiram alterações na vida de relações, a não ser a redução de sua área de influência de Tijucas-SC, ao norte, até Garopaba-SC, ao sul (BASTOS, 2002). Entretanto, a partir do golpe de 1964, nova política de investimentos federais e estaduais beneficiaram Florianópolis, modificando radicalmente o perfil da cidade. Em decorrência disto, a urbanização se acelera e a modernização e o reforço do setor terciário dão novas funções à administração estadual e federal (surgimento do BESC, da CELESC, TELESC, etc.), dinamizando serviços, contribuindo para a implantação de novos serviços, como a UFSC, o DNOS, o DAER, a ELETROSUL entre outros. Neste sentido, Florianópolis readquire certas atividades de âmbito estadual que havia perdido na fase anterior, só que, como atividades administrativas modernas. Outro elemento que contribuiu para romper esse período de estagnação, foi a construção da BR-101, permitindo assim que comerciantes da Grande Florianópolis realizassem viagens até São Paulo no intuito de abastecer a capital catarinense.

5.3.10.7. Histórico dos Municípios da Área de Impacto Direto do Empreendimento

Para Farias (2000), o povoamento efetivo do litoral catarinense só ocorreu em meados do século XVII, quando bandeirantes vindos de São Vicente (São Paulo) em direção ao sul do Brasil onde fundaram vilas agrocomerciais ao longo da costa catarinense. Entre eles estão São Francisco do Sul (1656), Desterro (1669), Laguna (1680), sendo os primeiros núcleos básicos criados em nosso litoral e que precederam nossa população atual.

Em meados do século XVIII a introdução de imigrantes açorianos em um contingente superior a seis mil indivíduos, dos quais 4.500 se estabeleceram no litoral catarinense dinamizou o processo sócio-demográfico e cultural da região, sendo que a população local de origem europeia até então não ultrapassava dois mil habitantes em todo território catarinense.

Segundo Caruso (2007), a viagem dos comboios com os seis mil emigrantes açorianos destinados a ocuparem as terras do litoral catarinense teve início em 1748 e foi encerrada em 1756. Desembarcados em Desterro, na época uma vila pobre com algo

no entorno de 300 habitantes, uma pequena parcela foi encaminhada para onde hoje se estabelece o Estado do Rio Grande do Sul.

Contrariando o modelo de ocupação o do trabalho vigente no restante do Brasil, essa nova colonização vai se transformar em ma das sociedades mais originais do país, no lugar do latifúndio implanta-se a pequena propriedade; no lugar do escravo africano e trazido o colono branco e, finalmente, no lugar de uma agricultura tropical voltada a exportação e organizada uma variada economia familiar de subsistência.

Visando assegurar a posse do território correspondente à Ilha de Santa Catarina, que encontrava-se ameaçado pelo interesse da Coroa Espanhola, Portugal tomou a iniciativa de intensificar o povoamento da vila de Nossa Senhora do Desterro. É, portanto, entre 1748 e 1756 que chegam cerca de mil imigrantes à atual região da Grande Florianópolis, vindos de Açores e Madeira, e os primeiros casais são direcionados para São Miguel da Terra Firme, atual Biguaçu (CABRAL, 1950 apud NOCETTI, 2009).

De acordo com Nocetti (2009), a Póvoa de São Miguel passa a ser freguesia em 1752, tornando-se uma das bases de apoio do esquema militar instalado pela Coroa Portuguesa na região. No entanto, mesmo com as precauções tomadas pelos portugueses, em 1778 a Ilha de Santa Catarina é tomada pelos espanhóis e, entre 1º de maio e 30 de julho de 1778, a freguesia de São Miguel da Terra Firme torna-se provisoriamente capital da província de Santa Catarina.

Em 1816, a freguesia de São Miguel abrangia o litoral catarinense desde a barra do Rio Camboriú até o Rio Serraria. É nesse ano, também, que se inicia a ocupação das terras situadas ao interior, mais precisamente na localidade de Três Riachos, que mais tarde seria ocupada por colonos alemães oriundos de Bremen. De acordo com Silva (2007), a presença dos imigrantes alemães se caracterizou pela exploração de terras situadas no interior do atual município de Biguaçu e em novas áreas no vale do Rio do Louro e Rachadel.

Em 1833, a freguesia de São Miguel da Terra Firme é elevado à categoria de vila e, em 1840, os açorianos iniciam o desbravamento das planícies férteis do Alto Biguaçu, utilizando no trabalho agrícola o escravo negro (SILVA, 2007).

A sede do município de São Miguel da Terra Firme se manteve no mesmo local até 1886, quando foi transferida para o povoado de Biguaçu. Contudo, 1888 a sede volta a ser na antiga vila de São Miguel, tendo sido instalada definitivamente no povoado de Biguaçu somente em maio de 1894 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

No final do século XIX nas colônias do Alto Biguaçu, que hoje compreendem ao município de Antônio Carlos, os imigrantes alemães começam a produzir excedente de produção agrícola e madeira, dando início ao comércio entre as colônias e a vila de São Miguel. Tais produtos eram escoados pelo Rio Biguaçu através de embarcações de pequeno porte utilizadas para a navegação fluvial. Esta atividade permitiu a instalação de comerciantes, estaleiros e serrarias junto a foz do Rio (SILVA, 2007).

O município de Biguaçu manteve sua conformação territorial original até o ano de 1963, quando se emanciparam os Distritos de Antônio Carlos (Alto Biguaçu) e Ganchos, atual município de Governador Celso Ramos. Atualmente o município é formado pelos distritos de Biguaçu, Guaporanga (antiga São Miguel) e Sorocaba do Sul (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Conforme Farias (2001), a origem do nome Palhoça deriva de casa de palha ou choça de palha, típicas construções de moradia dos primeiros habitantes que povoaram o local, entretanto pode também derivar de lugar de poucos habitantes e casas rústicas.

O povoamento por parte dos colonos europeus ocorreu primeiramente na área da freguesia da Enseada do Brito por volta do ano de 1653 através de um grupo comandado por Domingos de Brito Peixoto na tentativa frustrada de fundar uma vila e que mais tarde partiria para Laguna deixando no local alguns moradores. Neste mesmo local é fundada em 13 de maio de 1750 a freguesia da Enseada do Brito por casais vindos do arquipélago dos Açores que encontraram no local mais de cem pessoas que já fixavam residência.

O local onde hoje está estabelecida a sede do município, por se tratar de uma área de banhados e manguezais, trouxe inúmeras dificuldades para sua ocupação através da atividade da agricultura, desta forma, os primeiros povoadores se fixaram nas áreas mais altas e secas, propícias a agricultura, nos arredores do atual município.

A primeira referência ao arraial de Palhoça, ou seja, o núcleo básico da comunidade, só ocorreu em 3 de maio de 1870, quando é criada a escola de primeiras letras para o sexo masculino na comunidade de Palhoça.

Efetivamente a freguesia foi criada pela Lei Provincial de 8 de novembro de 1882, portanto já no final do século XIX e através do Decreto Estadual nº 184 do então governador Antônio Moreira Cesar a freguesia de Palhoça foi elevada a vila no dia 24 de abril de 1894 e em 22 de agosto de 1919 Palhoça é elevada a categoria de cidade através da Lei Estadual nº 1.245 assinada pelo vice governador em exercício Hercílio Pedro da Luz.

Segundo Farias (2001, p. 500), o principal fomentador do desenvolvimento da cidade de Palhoça foi o comércio que estabelecia com o planalto catarinense, ao longo da segunda metade do século XIX, que acabou atraindo grande quantidade de descendentes de alemães e italianos. A ligação da capital catarinense com Lages, hoje estabelecida pela BR 282, propiciou o impulso do desenvolvimento econômico do atual município de Palhoça.

Palhoça, já foi conhecida por "cidade dormitório" devido sua forte dependência ao mercado de trabalho de São José e, em especial, com Florianópolis. Com uma população por volta de 140.000 habitantes, o Município experimenta um crescimento pujante nos diferentes setores da economia com a indústria e serviços. No último tem sido referência a expansão das atividades educacionais com um moderno campus universitário da Unisul Pedra Branca e um grande número de prestadoras de serviço e estabelecimentos comerciais.

Do atual município de São José, da mesma forma, o crescimento da demanda de imigrantes que aos poucos chegaram ao litoral catarinense, foram surgindo, outros povoados que dariam origem a uma série de cidades, e é neste contexto de ocupação humana em território catarinense que em meados do século XVIII foi fundada uma pequena freguesia que anos mais tarde se tornaria o município de São José.

Fundado por açorianos no dia 26 de outubro de 1750, o município de São José está localizado na microrregião de base cultural açoriana da Grande Florianópolis. Tem como limite geográfico a leste as águas da baía Sul, a oeste o município de São Pedro de Alcântara e Antonio Carlos, a norte os municípios de Baguaçu e Florianópolis, e a

sul o município de Palhoça. São José se configura na história de Santa Catarina como um dos seis municípios mais antigos do estado e, à época da fundação da freguesia, denominava-se São José da Terra Firme.

Segundos dados da Prefeitura Municipal de São José (S/I), processo de colonização inicia-se em 1750 com a chegada de 182 casais açorianos oriundos das Ilhas do Pico, Terceira, São Jorge, Faial, Graciosa e São Miguel, além de receber no ano de 1829 o primeiro núcleo de colonização alemã do estado de Santa Catarina.

Conforme IBGE (2013), através do aumento do número de habitantes a povoação prosperou, desenvolvendo a lavoura e o comércio. A atividade agrícola, assim como em toda província, constituía-se em fator fundamental de sua economia, as culturas mais trabalhadas eram a de linho e algodão, onde se desenvolveram pequenos e rudimentares teares.

Segundo Farias (2001), a freguesia se manteria nesta qualificação até 1833, período em que apresentou considerável crescimento econômico e demográfico. Nesta fase, a economia de São José era representada por centenas de engenhos e fábricas de toda qualidade. Em 1796, apresentava 6 fábricas de açúcar, 11 engenhos de aguardente, 164 engenhos de mandioca, 82 atafonas de moer milho, 5 curtumes de couro, para uma população de 2.091 habitantes distribuídos em 389 famílias.

Em 1^o de março de 1833, através da Resolução do Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, a então freguesia é elevada a categoria de vila e além da grande quantidade de terras que já possuía, passavam a fazer parte da nova vila as terras da freguesia da Enseada do Brito. Agora, seus limites se estendiam por mais de 100 quilômetros de frente para o mar e até as proximidades de Lages em direção ao interior. Foi um período de grande prosperidade e São José se tornaria a mais importante vila de Santa Catarina congregando as principais atividades políticas, econômicas e culturais e em 03 de maio de 1856, através da Lei Provincial nº 415, é elevada a cidade.

Conforme informações da Prefeitura Municipal de São José (S/I), atualmente, a economia do município se baseia no comércio, indústria e atividades que envolvam prestação de serviços, mantendo ainda a pesca artesanal, maricultura, agropecuária e produção de cerâmica utilitária como algumas atividades alternativas de geração de

renda. São José apresenta ainda um grande potencial turístico, histórico, cultural e arquitetônico e ainda conta com inúmeras belezas naturais e diversas opções gastronômicas.

Localizado a 50 quilômetros ao norte de Florianópolis o município de Governador Celso Ramos pertence à microrregião de base cultural açoriana do vale do Rio Tijucas. Limita-se atualmente ao norte com o município de Tijucas e Oceano Atlântico, a oeste com o município de Biguaçu e a leste e ao sul com o Oceano Atlântico.

A história de colonização deste município inicia-se em 1742, quando se tem início a construção da armação baleeira da Piedade. Este empreendimento foi realizado por portugueses continentais, sendo esta a primeira armação baleeira do sul do Brasil. Sem dúvida, ao entorno desta instalação, foram se fixando outros moradores e suas edificações, inclusive muitos açorianos que chegaram nas levas migratórias que se sucederam a partir de 1748 (FARIAS , 2000, p. 202).

De acordo com IBGE (2013), em meados de 1500, alguns vicentistas pisaram em terras do município pela primeira vez. Mas, por volta do ano de 1745, colonizadores vindos das Ilhas dos Açores e da Madeira aqui se instalaram. Mais tarde, com a vinda de outros portugueses, instalaram-se novos povoados a partir de 1747, na qual podemos destacar: Fazenda da Armação, Costeira da Armação, Palmas, Canto e Ganchos.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos (S/I), entre 1740 e 1742, nas proximidades da Freguesia de São Miguel, na direção norte de Santa Catarina, foi instalado um próspero núcleo de captura e de processamento de baleias, denominado no momento de Armação Grande ou Nossa Senhora da Piedade. Esta armação apresentava 5,3 mil metros quadrados de área e, fazia daquela imponente armação, a maior e mais importante do litoral catarinense e a segunda mais importante do Brasil.

Segundo Farias (2000), o atual centro administrativo, localizado na costa norte do município, teve seu processo de ocupação iniciado mais tarde, efetivados por moradores de desterro e de outras freguesias que procuravam novas e melhores terras para morar, neste processo os açorianos e seus descendentes também tiveram presença assegurada.

O atual município de Governador Celso Ramos era conhecido na época por “Ganchos” e foi elevado a condição de distrito pela Lei Municipal nº 98 da Câmara Municipal de Biguaçu, ao qual fazia parte, datado de 30 de março de 1914. Permaneceu nesta condição até o dia 06 de novembro de 1963 quando através da lei municipal foi transformado em município de Ganchos. Entretanto, através da Lei nº 1.065 de 12 de maio de 1967, e em homenagem ao governador do estado de Santa Catarina, o nome do município foi alterado definitivamente para Governador Celso Ramos.

Atualmente, o município continua sendo um grande produtor pesqueiro, com diversas embarcações de pesca e indústrias de pescados. A agricultura tem se desenvolvido tomando como impulso as atividades ligadas ao turismo. Com grande potencialidade turística, o município apresenta 23 praias, algumas urbanizadas e com toda infraestrutura necessária e outras desertas. Este cenário faz com que de Governador Celso Ramos se destaque no setor turístico, propiciando geração de renda e desenvolvendo a econômica do município.

5.3.10.8. CNSA – Grande Florianópolis

No decorrer da pesquisa buscamos na base de dados do IPHAN registros de sítios arqueológicos mapeados nos municípios diretamente impactados pelo empreendimento: Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça.

No município de Governador Celso Ramos existem 11 registros, sendo 9 deles pré-coloniais e 2 históricos. Os sítios pré-coloniais mapeados estão situados nos costões e linhas de costa atuais e estão associados aos grupos sambaquieiros; Da mesma forma que ocorre com os sítios pré-coloniais, os sítios históricos estão situados nas linhas de costa atuais, e se tratam de edificações do século XVIII.

No município de Biguaçu foram identificados um total de 4 registros, sendo 2 pré-coloniais – um dos sítios é composto por bacias de polimento dispostas sobre blocos de granito, e o outro se trata de um sambaqui raso -, e 2 históricos - situados no complexo arquitetônico de São Miguel. Os sítios pré-coloniais e um dos sítios históricos que constam na plataforma CNSA - IPHAN foram identificados durante as prospecções arqueológicas realizadas em associação com o projeto de duplicação do trecho norte

da BR 101 (Palhoça- Garuva), durante a década de 1990, e estão situados fora da AID do contorno viário.

Em Palhoça existem 17 registros, todos pré-coloniais. Entre os registros foram verificados sítios sambaquis (6), cemitérios e acampamentos Jê (4), oficinas líticas (2), petroglifos (4) e sítio Guarani (1). Assim como ocorre em Governador Celso Ramos, os registros encontrados na base do CNSA do IPHAN dão conta de ocupações empreendidas por grupos fortemente vinculados aos ambientes litorâneos. Para o município de São José não existem sítios arqueológicos cadastrados.

Estendendo um pouco nossa área de abrangência, realizamos uma busca pelo banco de dados de sítios arqueológicos mapeados em Florianópolis (situado fora das áreas de influência do empreendimento) e verificamos a existência de 131 sítios pré-coloniais mapeados, em sua maioria os sítios mapeados estão associados aos grupos sambaquieiros, ocorrendo em menor quantidade sítios com petroglifos, oficinas líticas, cemitérios e acampamentos Jê, e sítios Guarani⁹. Recorremos aos sítios cadastrados no município de Florianópolis para melhor elucidar o fato de que os sítios mapeados nos municípios que estão inseridos na área de influência do empreendimento, representam apenas a ocupação pré-colonial de grupos que possuíam uma relação forte com a paisagem litorânea e, por isso, não refletem o panorama ocupacional da área do empreendimento, situada no interior da região da Grande Florianópolis, onde predominam as encostas e as planícies fluvio-coluviais. Sabe-se, através de pesquisas realizadas em toda a encosta catarinense, que esses ambientes eram majoritariamente ocupados por grupos de alta mobilidade, cuja economia estava pautada caça e na coleta de recursos provenientes da floresta densa e dos cursos de água.

⁹ O município de Florianópolis está situado fora das áreas de influência do empreendimento, por isso os sítios localizados no município e cadastrados no CNSA não serão incluídos na tabela que apresenta os sítios arqueológicos cadastrados nos municípios diretamente impactados pelo empreendimento.

Abaixo segue a tabela constando os sítios mapeados nos municípios de Governador Celso Ramos, Biguaçu e Palhoça, cadastrados no CNSA:

Tabela 2: Sítios Arqueológicos Cadastrados no CNSA.

NOME DO SÍTIO	MUNICÍPIO	TIPO	COORDENADAS UTM	FONTE
Casa Grande	Gov. Celso Ramos	Sambaqui	--	ROHR, 1984
Gov. Celso Ramos I	Gov. Celso Ramos	Sambaqui	--	ROHR, 1984
Armação da Piedade I	Gov. Celso Ramos	Sambaqui		ROHR, 1984
Armação da Piedade II	Gov. Celso Ramos	Sambaqui	--	ROHR, 1984
Armação da Piedade III	Gov. Celso Ramos	Sambaqui		ROHR, 1984
Armação da Piedade IV	Gov. Celso Ramos	Sambaqui		ROHR, 1984
Ruínas da Armação da Piedade	Gov. Celso Ramos	Histórico	743760 / 6969230	BASTOS, 1987
Armação da Piedade V	Gov. Celso Ramos	Sambaqui		ROHR, 1984
Armação da Piedade VI	Gov. Celso Ramos	Sambaqui		ROHR, 1984
Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim	Gov. Celso Ramos	Histórico	740816 / 6963920	BASTOS, 1990
Anhatomirim I	Gov. Celso Ramos	Sambaqui	740670 / 6963680	ROHR, 1984
Conjunto Histórico de São Miguel	Biguaçu	Histórico	733440 / 6960710	AMARAL; SILVA, ?
Oficina lítica de São Miguel	Biguaçu	Oficina lítica	--	AMARAL; SILVA, ?
Escola de Tijuquinhas	Biguaçu	Histórico	--	AMARAL; SILVA, ?
Areias de Baixo	Biguaçu	Sambaqui	--	AMARAL; SILVA, ?
Praia da Pinheira II	Palhoça	Tupiguarani	--	ROHR, 1984

NOME DO SÍTIO	MUNICÍPIO	TIPO	COORDENADAS UTM	FONTE
Ponta do Maruim	Palhoça	Sambaqui	--	ROHR, 1984
Ilha dos Corais I	Palhoça	Petroglifos	--	ROHR, 1984
Ilha dos Corais II	Palhoça	Cemitério Jê	--	ROHR, 1984
Albardão	Palhoça	Sambaqui	--	EBLE, REIS, 1976
Morro do Tomé I	Palhoça	Sambaqui	--	ROHR, 1984
Morro do Tomé II	Palhoça	Sambaqui	--	ROHR, 1984
Pinheira	Palhoça	Sambaqui	731492 / 6912977	ROHR, 1984
Guarda do Embaú II	Palhoça	Petroglifos	--	COMERLATO, 2005
Guarda do Embaú III	Palhoça	Oficina lítica	--	COMERLATO, 2005
Guarda do Embaú I	Palhoça	Aldeia Jê	--	COMERLATO, 2005
Ilha do Papagaio I	Palhoça	Oficina lítica	--	COMERLATO, 2005
Ilha do Papagaio II	Palhoça	Patroglifos	--	COMERLATO, 2005
Ponta das andorinhasI	Palhoça	Petroglifos	--	COMERLATO, 2005

5.3.10.9. Diagnóstico Arqueológico Interventivo

De acordo com os Artigos 1º ao 4º da Portaria IPHAN nº 230/2002, a etapa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo, de que trata o presente relatório de pesquisa, consiste na avaliação do potencial arqueológico da área de influência direta e indireta dos empreendimentos, através do levantamento dos dados secundários provenientes de pesquisas arqueológicas regionais (histórico das pesquisas, registro de sítios, sínteses regionais, etc.), do contexto etno-histórico, e de dados primários coletados em campo (informação oral, levantamento *in situ* e verificações assistemáticas na ADA). Seguindo as orientações presentes no referido documento, entre os dias 18 e 23 do mês de julho do ano de 2013 foram realizadas as atividades de campo referentes ao programa de diagnóstico arqueológico interventivo nas áreas de impacto do Contorno de Florianópolis.

As primeiras atividades desenvolvidas dentro do presente diagnóstico arqueológico interventivo, consistiram em realizar levantamentos bibliográficos e cartográficos que caracterizassem ambientalmente a área da pesquisa. Juntamente com as atividades de caracterização ambiental, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre livros, dissertações, relatórios técnicos etc., que indicassem quais tipos de sítios poderiam ser identificados na ADA e AID do empreendimento.

As informações obtidas através da análise de materiais cartográficos indicam que as áreas impactadas pelo empreendimento apresentam diferentes formas de relevo, configuração pedológica e vegetal. O traçado tem seu início nas planícies de deposição sedimentar do Rio Inferninho, percorrendo o sopé das encostas dos embasamentos cristalinos. Nas proximidades do Km 8, o traçado corta transversalmente a planície do Rio Felício (tributário do Rio Inferninho) e, na sequência supera o divisor de águas, adentrando na micro-bacia do Rio da Saudade, por onde segue acompanhando a margem direita do rio por, aproximadamente, 6 quilômetros. Assim como o trecho que se desenvolve no vale do Rio Inferninho, este será construído sobre os sopés das encostas formadas pelos embasamentos cristalinos. No quilômetro 16,2 a rodovia atinge uma extensa planície drenada principalmente pelos rios Três Riachos e Biguaçu, de onde emergem pequenos e esparsos morros formados por rochas proterozóicas. Entre os quilômetros 16,2 e 23,1 as áreas de implantação da rodovia variam entre

pequenas elevações coluviais e planície sedimentar litorânea. Ao atingir o quilômetro 23,2 o traçado passa a dominar áreas compostas por embasamentos cristalinos, e no quilômetro 24,3 transpõe o divisor de águas que separa as vertentes dos rios Biguaçu (ao norte) e Muruim (ao sul). No quilômetro 25,2 a rodovia adentra nas várzeas do Ribeirão da Forquilha, seguindo pelos sopés de morro paralelamente ao curso do rio até o quilômetro 29. A partir desse ponto, a rodovia adentra no vale de um córrego cuja toponímia é desconhecida, onde percorre 2 quilômetros sobre a planície. No quilômetro 31,2 o traçado adentra à encosta íngreme e florestada imediata às planícies sedimentares litorâneas. A rodovia seguirá por este compartimento geomorfológico por aproximadamente 12,7 quilômetros, transpassando o alto curso do Córrego dos Pombos e do Rio Passa Vinte. O traçado do contorno volta a adentrar nas planícies litorâneas no vale do Rio Aririú, no quilômetro 43,9, por onde segue até (pela margem direita do rio) até a intersecção com a rodovia BR-101, alcançando seus 47,6 quilômetros.

Em todo o traçado as áreas variam entre planícies litorâneas fluvio-lagunares, sopés de morros e encostas íngremes. Nas áreas de planícies os solos são aqueles característicos de fundo de lagoa, mas com teor de matéria orgânica bastante reduzido em função da constante lixiviação. Os sopés dos morros e as encostas são compostos por solos argilosos e areno-argilosos, apresentando maior concentração de cascalho nas áreas mais íngremes e solos mais bem desenvolvidos nos sopés e pequenas elevações, onde a acumulação coluvial responde por boa parte da pedogênese. Atualmente, a vegetação não condiz com sua configuração natural. As várzeas e as demais áreas agricultáveis ou propensas as atividades imobiliárias encontram-se devastadas, sobrando apenas pequenos núcleos de mata isoladas nas planícies e recortes de mata ciliar. Sabemos, contudo, que essas áreas eram completamente recobertas por floresta ombrófila densa, apresentando pequenas variações na composição dos estratos mais altos conforme a geomorfologia e a umidade do solo.



Figura 3: Vale do Rio Inferninho.

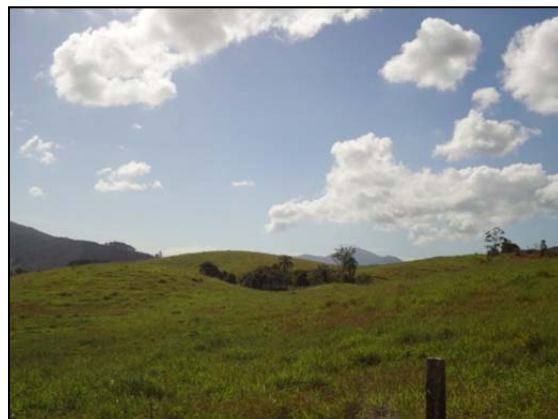


Figura 4: Terraços coluviais - bacia do Rio Inferninho.

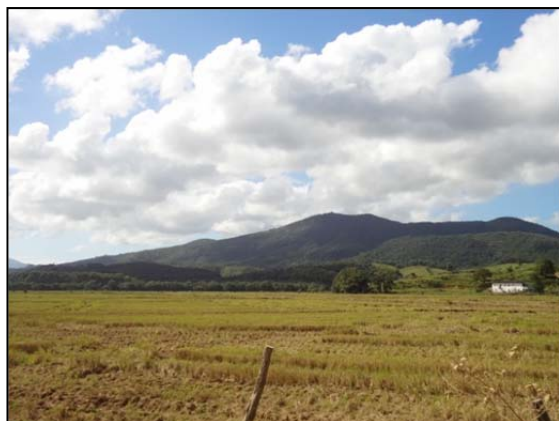


Figura 5: Em primeiro plano planície sedimentar e ao fundo terraços coluviais e encosta - bacia do Rio Inferninho.



Figura 6: Planície fluvial e colina florestada - vale do Rio da Saudade.



Figura 7: Vale do rio Três Riachos.



Figura 8: Planície do vale do Rio Biguaçu.



Figura 9: Terraço coluvial, bacia do Rio Biguaçu.



Figura 10: Encosta florestada - bacia do Rio Maruim.



Figura 11: Área urbana de Palhoça - planície dos Rios Maruim e Passa Vinte.



Figura 12: Área de encosta - bacia do Rio Passa Vinte.



Figura 13: Cambissolo bem desenvolvido - bacia do Rio Passa Vinte.



Figura 14: Planície do Rio Aririu.

Temos, portanto, um panorama geográfico bastante propício para grupos conhecidos na literatura arqueológica como caçadores-coletores portadores da Tradição Umbu. Farias (2005) demonstra que em toda a região da encosta de Santa Catarina artefatos líticos da Tradição Umbu são encontrados. A autora apresenta pesquisas realizadas no vale do Rio Tubarão (litoral sul do estado) e no vale do Rio Tijucas (litoral central do estado), onde verificou a ocorrência de inúmeros sítios associados aos caçadores-coletores que confeccionavam pontas de projétil. O modelo de padrão de assentamento proposto por Farias (2005) insere os diferentes tipos de sítios encontrados na encosta (grandes fogões, áreas de concentração de lascas ou artefatos) dentro de um sistema de organização social e política que, segundo a autora, correspondem à ocupação Xokleng empreendida nesse espaço. Segundo Farias (2005), as diferentes estruturas seriam componentes de uma área de assentamento relativamente estável.

Santos (1976), ao se referir ao território tradicional dos Xokleng, afirma que, em tempos anteriores à chegada dos europeus, esse grupo transitava entre o planalto e o litoral, subsistindo de uma economia mista, abastecida pela caça, coleta e por uma agricultura incipiente. De acordo com o autor, é possível que, em decorrência da disputa territorial acirrada com os Kaingang, o ambiente Xokleng acabou sendo reduzido para as áreas de encosta e planície litorânea. Mais tarde, com a chegada dos Guarani ao litoral, a aproximadamente 600 anos A. P., os Xokleng foram encurralados na encosta, sendo obrigados a desenvolver novas estratégias de adaptação, baseados apenas na caça e na coleta, aumentando também sua estabilidade.

Analisando o padrão de assentamento identificado por Farias (2005), Perin (2007) e Claudino (2011) para os sítios da Tradição Umbu da encosta, podemos supor que, a área do empreendimento apresenta um alto potencial arqueológico, principalmente aqueles locais caracterizados por colinas de topos aplainados, drenadas por pequenos fluxos de água. Como os vales são relativamente abertos, apresentam terraços coluviais entre a planície e as encostas mais íngremes. Esses terraços, por apresentarem inclinações mais suaves e por estarem situados próximos à planície e imediatos à encosta, também foram consideradas áreas de alto potencial arqueológico.

As planícies, por sua vez, foram consideradas áreas de baixo potencial, uma vez que é frequente a sua inundação em períodos mais chuvosos.

Feitas as devidas observações a respeito do potencial arqueológico das áreas, entre os dias 12, 13 e 14; 18, 19 e 20 de julho foram realizadas as atividades de campo do presente diagnóstico. Nesta etapa buscamos contemplar as áreas com maior potencial arqueológico, definidos principalmente através das visitações preliminares à área e das entrevistas realizadas com a comunidade local.

Através das entrevistas recebemos informações positivas a respeito da existência de vestígios arqueológicos no vale do Rio Biguaçu, onde, segundo alguns entrevistados, eram encontradas manchas de terra preta e material cerâmico sobre áreas de plantio localizadas na região. Solicitamos aos entrevistados que nos levassem até o local, mas os mesmos não tinham disponibilidade para tal e não souberam informar à equipe de arqueologia, como chegar aos locais. Recebemos, ainda, informações de três entrevistados que relataram já terem visto ou ouvido falar sobre a ocorrência de locais onde foram encontradas pontas de projétil, mas, assim como os demais entrevistados, esses não souberam dar detalhes precisos sobre a localização dessas áreas, informando apenas que se situam fora da área de influência direta do empreendimento.

Com base nas entrevistas realizadas, consideramos a possibilidade de ocorrência de sítios da Tradição Tupiguarani nas áreas próximas aos cursos dos grandes rios, principalmente em locais situados alguns metros acima do nível de alagamento dos rios e das planícies de inundação.

As entrevistas seguem descritas na tabela a seguir:

Tabela 3: Entrevistas Realizadas na Área de Influência Direta do Empreendimento.

Nome	Município	Localidade	Tempo Resid.	Faixa Etária	Informações
Tânia Piculer	Biguaçu	Estiva	43 anos	40-50 anos	Desconhece aspectos do período pré-colonial e da história local, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Basilícia	Biguaçu	Sorocaba de Fora	68 anos	Mais de 60 anos	Encontrava ponta de flecha quando era criança nas roças na localidade de Fazenda de Dentro em Biguaçu.
Valdir Piculer	Biguaçu	Sorocaba de Fora	72 anos	Mais de 60 anos	Já encontrou ponta de flecha em seu terreno, nas partes de morro, mas não se recorda em que local exatamente.
Lurma	Biguaçu	Três Riachos	4 anos	40-50 anos	Desconhece aspectos do período pré-colonial e da história local, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Ricardo	Biguaçu	Alto Biguaçu	4 anos	30-40 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Anderson	Biguaçu	Alto Biguaçu	25 anos	30-40 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Cesar	Biguaçu	Alto Biguaçu	30 anos	30-40 anos	Seu pai contava que encontrou pontas de flecha feitas de pedras brancas, mas não sabe dizer onde era esse local.

Nome	Município	Localidade	Tempo Resid.	Faixa Etária	Informações
Valdemar Schimdt	Palhoça	Guarda do Cubatão	31 anos	40-50 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Maria Lucia	Palhoça	Alto Aruriu	51 anos	50-60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Ademir Antônio de Barros	Palhoça	Alto Aruriu	52 anos	50-60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial e da história local, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Antônio	Palhoça	Bela Vista	Só trabalha no Local.	40-50 anos	Nos informou sobre vestígios de casas de escravos no sítio onde trabalha, mas não pode nos levar até o local
Marcio Xavier	São José	Sertão	6 anos	40-50 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Laudir Schmidt	Palhoça	Sertão	12 anos	50-60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.

Nome	Município	Localidade	Tempo Resid.	Faixa Etária	Informações
Cido Onório Gonçalves	São José	Forquilhas	11 anos	50-60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Dilson Vieira	São José	Rússia	54 anos	50-60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Pedro da Silva	Biguaçu	Rússia	70 anos	Mais de 60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, mostrando-se desgostoso em comentar qualquer assunto acerca de uma população indígena do passado ou mesmo atual.
Ricardo	Biguaçu	Estiva	4 anos	30-40 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, mostrando-se desgostoso em comentar qualquer assunto acerca de uma população indígena do passado ou mesmo atual.
Edson	São José	Colônia Santana	30 anos	40-50 anos	Desconhece aspectos do período pré-colonial. Nunca encontrou ou indicou alguém que tenha encontrado vestígio ou indícios desse período.
Alice da Silva Vargas	Biguaçu.	Alto Biguaçu	30 anos	Mais de 60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial e da história local, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.

Nome	Município	Localidade	Tempo Resid.	Faixa Etária	Informações
Antônio Carlos Garcia	Biguaçu.	Alto Biguaçu	70 anos	Mais de 60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, mostrando-se desgostoso em comentar qualquer assunto acerca de uma população indígena do passado ou mesmo atual.
Arnaldo Theodoro Correia	Biguaçu.	Alto Biguaçu	75 anos	Mais de 60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Crispim João da Silva	Biguaçu	Fazenda de Fora	63 anos	Mais de 60 anos	Comentou que já encontrou vestígios arqueológicos, como cerâmica e manchas de terra preta, além de saber de uma comunidade quilombola que existia ali perto há alguns anos e que hoje só restam as ruínas.
Edesio Paulo Petri	Biguaçu	Fazenda de Fora	20 - 25 anos	40-50 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou vestígio que indique essa ocupação. Mas indicou o Sr. Crispim João da Silva como conhecedor do assunto
Eronildo dos Santos Filho	Biguaçu	Bairro Estiva	30 - 35 anos	40-50 anos	Relatou que pela região é encontrada muita cerâmica e manchas de terra preta nas plantações.
José Antônio Oliveira	Biguaçu	Alto Biguaçu	44 anos	Mais de 60 anos	Comentou que já encontrou vestígios arqueológicos como cerâmicas e manchas de terra escura, que ele alega ser de jesuítas.
José Cregir	Biguaçu	Sorocaba de Fora	51 anos	50-60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum

Nome	Município	Localidade	Tempo Resid.	Faixa Etária	Informações
					vestígio ou indícios desse período.
Nicanor Pedro Leite	Biguaçu	Sorocaba de Fora	69 anos	Mais de 60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Shirlei Terezinha Costa	Biguaçu	Alto Biguaçu	46	40-50	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial e da história local, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Gersino Schimdt	Palhoça	Bairro Pacheco	70 anos	Mais de 60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial e da história local, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Maria Gorete da Silva	Palhoça	Bairro São Sebastião	52 anos	50-60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Nilsom José Pereira	Palhoça	Bairro Aririú	59 anos	50-60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios dessa ocupação.

Nome	Município	Localidade	Tempo Resid.	Faixa Etária	Informações
Odília dos Santos	Palhoça	Bairro São Sebastião	66 anos	Mais de 60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Raulino Martinho Dias	Palhoça	Bairro São Sebastião	81 anos	Mais de 60 anos	De acordo com seu relato desconhece aspectos do período pré-colonial e da história local, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Saete Verônica de Souza	Palhoça	Gruta Nossa Senhora de Fátima	63 anos	Mais de 60 anos	Desconhece aspectos do período pré-colonial e da história local, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.
Wilson Alberto da Silva	Palhoça	Bairro Pacheco	63 anos	Mais de 60 anos	Desconhece aspectos do período pré-colonial e da história local, sendo que nunca encontrou nem soube indicar alguém que tenha encontrado algum vestígio ou indícios desse período.



Figura 15: Entrevista com o Sra. Tânea Piculer.



Figura 16: Entrevista com a Sra. Basílicia.



Figura 17: Entrevista com sr. Valdir Piculer.



Figura 18: Entrevista com o Sra. Lurma.



Figura 19: Entrevista com o Sr. Ricardo.



Figura 20: Entrevista com o Sr. Anderson.



Figura 21: Entrevista com Sr. Cesar.



Figura 22: Entrevista com o Sr. Valdemar Schimdt.



Figura 23: Entrevista com o Sra. Maria Lúcia.



Figura 24: Entrevista com a Sr. Ademir Antonio Barros.



Figura 25: Entrevista com Sr. Antonio.



Figura 26: Entrevista com o Sr. Marcio Xavier.



Figura 27: Entrevista com o Sr. Laudir Schmidt.



Figura 28: Entrevista com a Sr. Cido Onório Gonçalves.



Figura 29: Entrevista com o Sr. Dilson Vieira.



Figura 30: Entrevista com a Sr. Pedro da Silva.

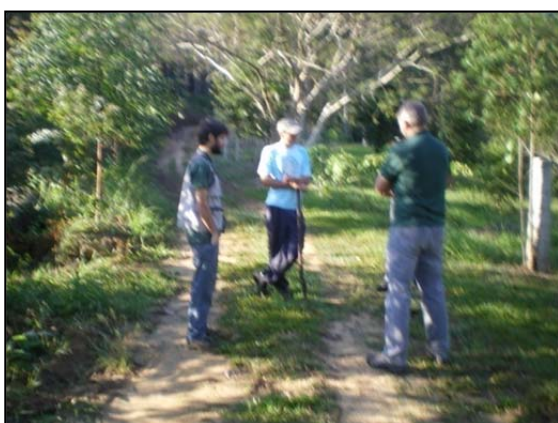


Figura 31: Entrevista com Sr. Ricardo.



Figura 32: Entrevista com o Sr. Edson.



Figura 33: Entrevista com a Sra. Salete Verônica de Souza.



Figura 34: Entrevista com a Sr. Arnaldo Theodoro Correa.



Figura 35: Entrevista com o sr. Crispim João da Silva.



Figura 36: Entrevista com a Sr. Edesio Paulo Petri e Esposa.



Figura 37: Entrevista com Sr. Erondino dos Santos Filho.



Figura 38: Entrevista com o Sr. José Antônio Oliveira.



Figura 39: Entrevista com o Sr. José Cregir.



Figura 40: Entrevista com a Sr. Nicanor Pedro Leite.



Figura 41: Entrevista com o Sr. Gercino Schimdt.



Figura 42: Entrevista com a Sra. Maria Gorete da Silva.



Figura 43: Entrevista com Sra. Odília dos Santos.



Figura 44: Entrevista com o Sr. Raulino Martinho Dias.

Findadas as atividades de entrevista e de reconhecimento do traçado, foram realizadas intervenções e caminhamentos sistemáticos e assistemáticos em locais pontuais, considerados como áreas de alto potencial pela equipe de arqueologia. Em áreas que apresentavam boas condições de visualização da superfície, caminhamentos sistemáticos foram realizados e informações físicas da área foram coletadas. Nos locais onde a superfície encontrava-se recoberta por vegetação, foram escavados poços-teste em transect de 30 metros e, em alguns casos, poços-teste isolados. Foram, também, analisados perfis abertos pelas estradas e caminhos vicinais existentes.

Foram vistoriadas um total de 25 áreas, entre elas encostas, platôs, topo de morros aplainados e terraços aluviais e coluviais.

No trecho situado na bacia do Rio Inferninho foram vistoriadas 6 áreas, sendo que boa parte delas não ofereciam boa visibilidade da superfície. Neste trecho concentramos as atividades nas encostas e suaves colinas que emergem da planície, onde, aparentemente as probabilidades de ocorrência de sítios eram maiores. Em todos os locais verificou-se a ocorrência de cambissolos, nas encostas mais cascalhentas e nas áreas de deposição coluvial e suaves colinas mais bem desenvolvidos. Apesar da grande probabilidade de que ocorressem sítios líticos nessas áreas, nenhum vestígio arqueológico foi identificado. A figura abaixo indica as áreas em que foram escavados poços-teste (seta azul) e as áreas em que foram executados caminhamentos sistemáticos (seta branca).

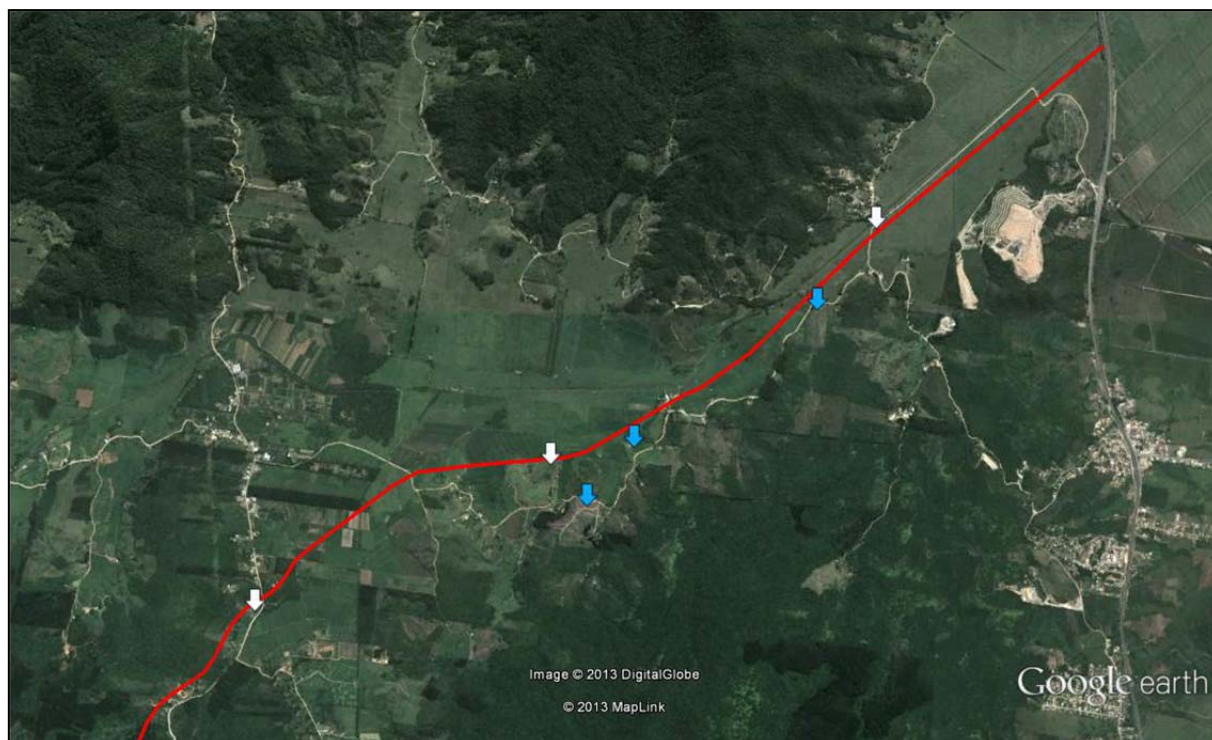


Figura 45: Indicação dos locais de caminhamento e escavação de poços-teste - bacia do Rio Inferninho.

No trecho situado sobre o vale do Rio da Saudade foram vistoriadas 5 áreas, entre elas terraços coluviais, depósitos aluviais e planícies. Os terraços são compostos por cambissolos bem desenvolvidos e apresentam características comuns aqueles locais onde geralmente são encontrados sítios líticos. Os terraços aluviais são compostos por solos argilo-arenosos acinzentados bem drenados e apresentam bom potencial para a ocorrência de sítios Tupiguarani. Já as planícies, por serem muito baixas e apresentarem alto teor de umidade apresentam baixo potencial arqueológico. Assim como nas áreas diagnosticadas no trecho anterior, nestas nenhum vestígio arqueológico foi identificado.

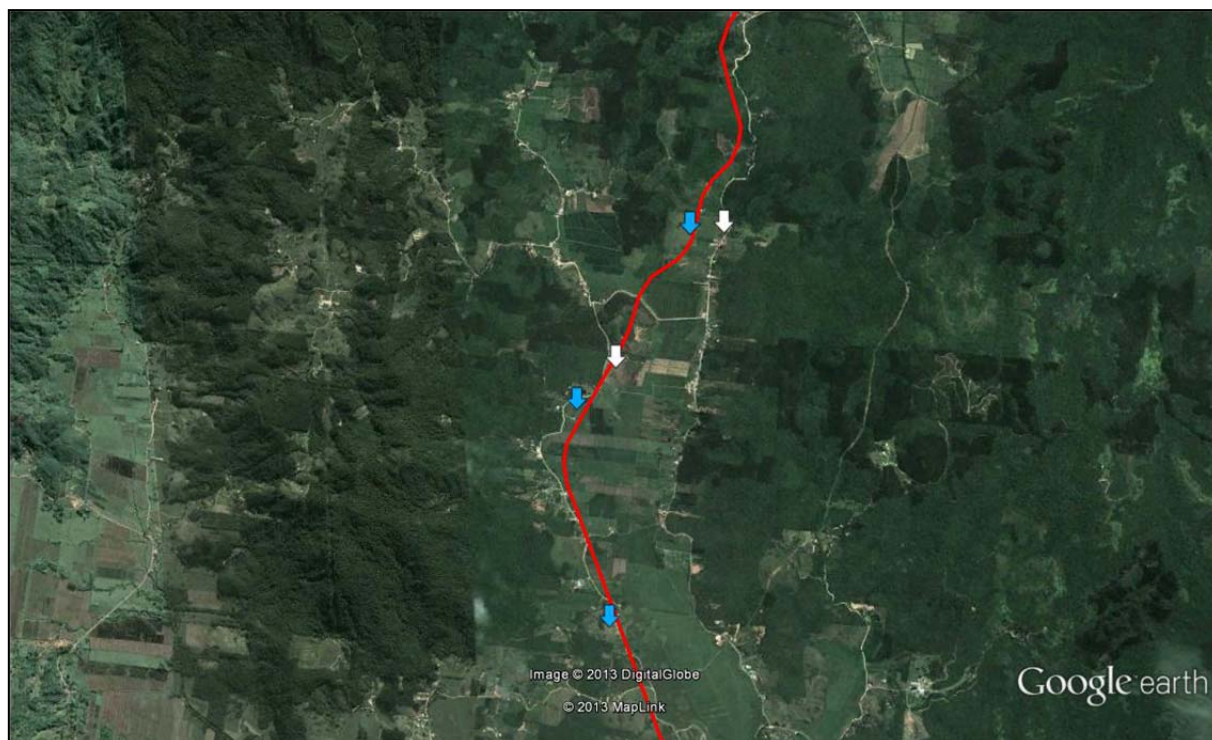


Figura 46: Indicação dos locais de caminhamento e escavação de poços-teste - vale do Rio da Saudade.

No trecho que está situado nas planícies dos rios Três Riachos e Biguaçu 5 áreas foram vistoriadas. Neste trecho a rodovia está situada sobre uma área de planície, transpassando algumas suaves colinas isoladas. Boa parte do terreno encontra-se recoberto por vegetação rasteira, dificultando a visualização da superfície e a identificação de possíveis vestígios arqueológicos. Em síntese, neste trecho, as áreas mais propícias à ocorrência de sítios arqueológicos estão situadas fora da ADA, estando associadas a base das altas colinas florestadas, por onde passa a estrada geral local. Algumas vistorias foram feitas nesses locais, mas, assim como nas áreas próximas à ADA, nenhum vestígio arqueológico foi identificado.

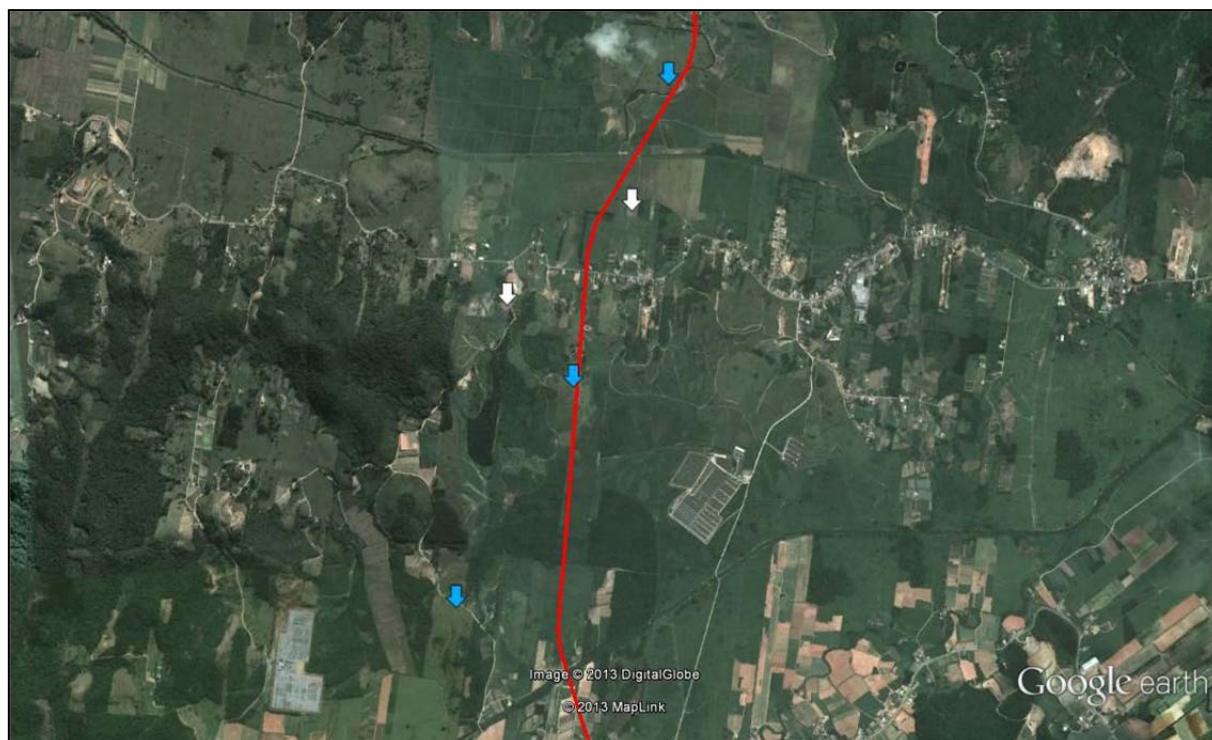


Figura 47: Indicação dos locais de caminhamento e escavação de poços-teste - planícies dos Rios Três Riachos e Biguaçu.

Outras 3 áreas de interesse arqueológico foram vistoriadas no trecho situado no interior do vale do Ribeirão Forquilha. As três áreas vistoriadas caracterizam-se como terraços coluviais, situados nas proximidades da várzea do ribeirão e apresentam alto potencial arqueológico pelo fato de estarem situadas próximas das áreas de obtenção de água e, ao mesmo tempo próximas dos recursos provenientes das florestas que recobrem as encostas. Aqui, boa parte das áreas diretamente impactadas pelo empreendimento são recobertas por gramíneas, o que dificulta a visualização da superfície. Por ser uma área bastante explorada pela atividade de extração de rochas e saibro, muitas das colinas e terraços encontram-se destruídas, enquanto que outras estão ocupadas por edificações. Aproximadamente 2/3 desse trecho será instalado entre o sopé das colinas e as planícies, áreas que caracterizamos como locais de baixo potencial arqueológico, já que apresentam declividade contínuas e relativamente acentuadas, portanto, improvável a ocorrência de sítios arqueológicos.

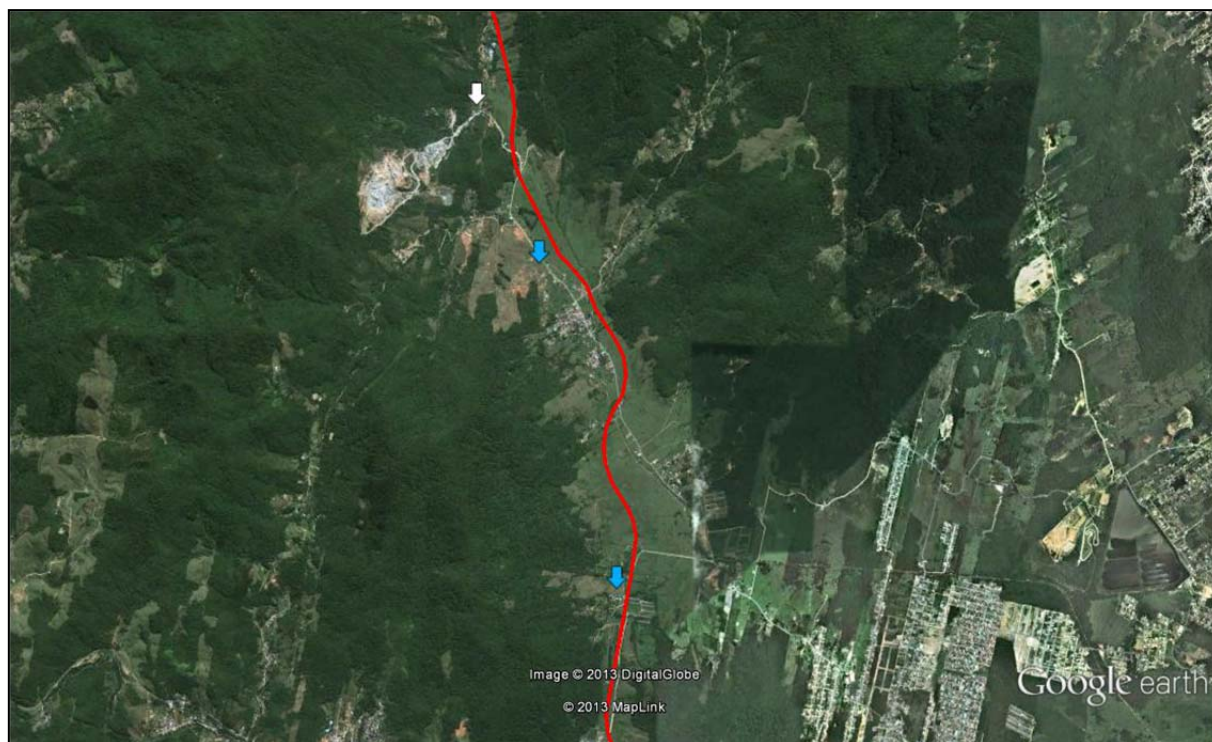


Figura 48: Indicação dos locais de caminhamento e escavação de poços-teste - vale do Ribeirão Forquilhas.

Conforme dito anteriormente, a partir da bacia do Rio Maruim, o traçado da rodovia adentra na média vertente das encostas florestadas em função da existência de uma malha urbana muito densa consolidada nas áreas mais baixas. Por isso, o contorno irá costear os altos morros que compõem o complexo granítico do Morro da Pedra Branca. Nesse trecho identificamos 4 locais de interesse arqueológico, que apresentam relevo mais suave e não encontram-se tão impactadas pelo crescimento urbano do município de Palhoça.

Os dois primeiros locais vistoriados encontram-se no sopé dos morros, em cotas inferiores a 50 metros. Nessas áreas consideramos provável a ocorrência de sítios líticos e, ocasionalmente, nas proximidades dos rios maiores, a ocorrência de sítios Guarani. A primeira área vistoriada está situada nas proximidades do Rio Maruim e encontrava-se recoberta por gramíneas, dificultando a visualização da superfície, por isso, nela escavamos poços-teste afim de verificar a ocorrência de vestígios arqueológicos na subsuperfície. Contudo, nenhum vestígio foi identificado. A segunda área está situada no sopé do Morro da Pedra Branca e, como também encontrava-se

recoberta por gramíneas, aplicamos a metodologia dos poço-teste. No entanto, assim como na área anterior, nenhum vestígio arqueológico foi identificado.

As outras duas áreas estão situadas no topo dos morros com cotas que variam entre 100 e 150 metros. Ambas as áreas apresentavam cobertura vegetal de pastagem, dificultando a visualização da superfície. Nessas áreas não foram identificados vestígios arqueológicos.

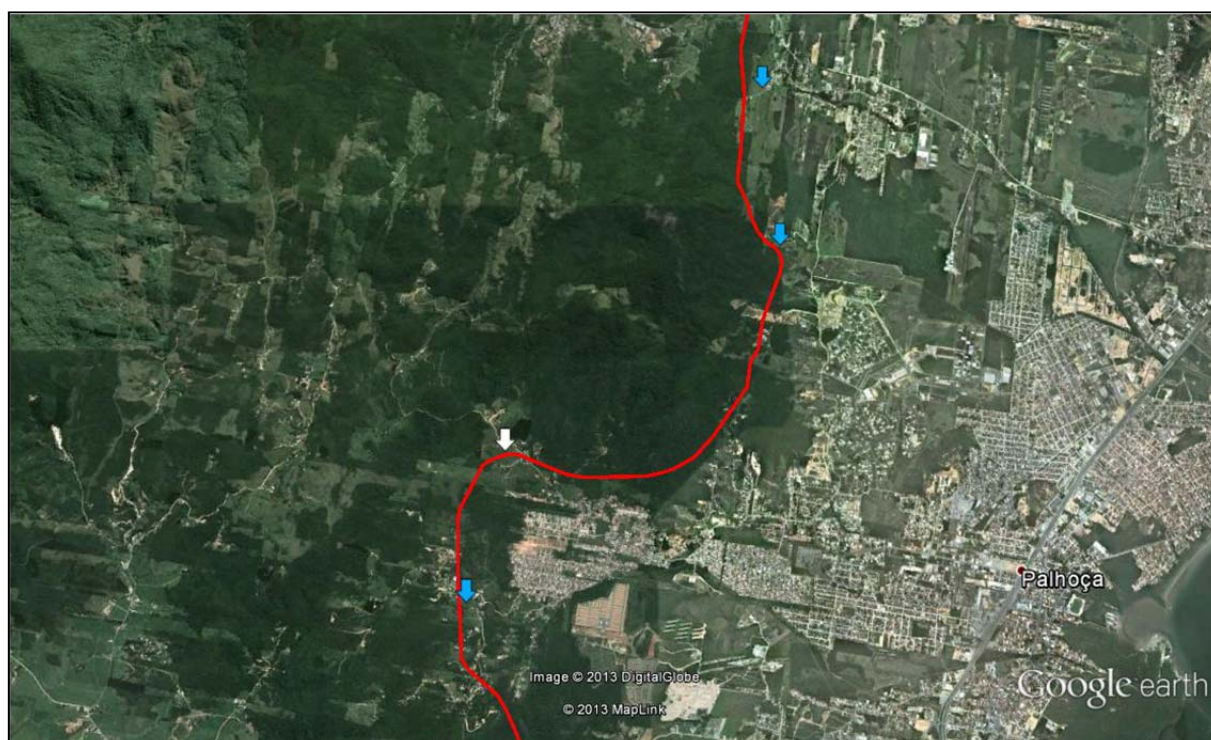


Figura 49: Indicação dos locais de caminhamento e escavação de poços-teste - encostas do Morro da Pedra Branca.

As 2 últimas áreas diagnosticadas estão situadas na AID do trecho que segue pela várzea do Rio Aririu. Essas áreas apresentam características de planícies de inundação, portanto, o potencial arqueológico das mesmas é baixo. Acreditamos na remota possibilidade de ocorrência de sítios Guarani na área e, por isso, executamos caminhamentos sistemáticos sobre duas áreas amplas, nas quais o solo encontrava-se exposto. O solo, como era de se esperar, apresenta coloração cinza e cinza escuro, e, em alguns locais, ocorrem manchas escuras isoladas, dando a impressão de que se tratam de manchas de ocupação Guarani. Contudo, após as verificações intensivas e a constatação da inexistência de vestígios arqueológicos, concluímos que se trata de manchas naturais onde há maior acúmulo de matéria orgânica.

Por fim, nas áreas diagnosticadas situadas dentro das planícies do rio Aririú, nenhum vestígio arqueológico foi identificado.

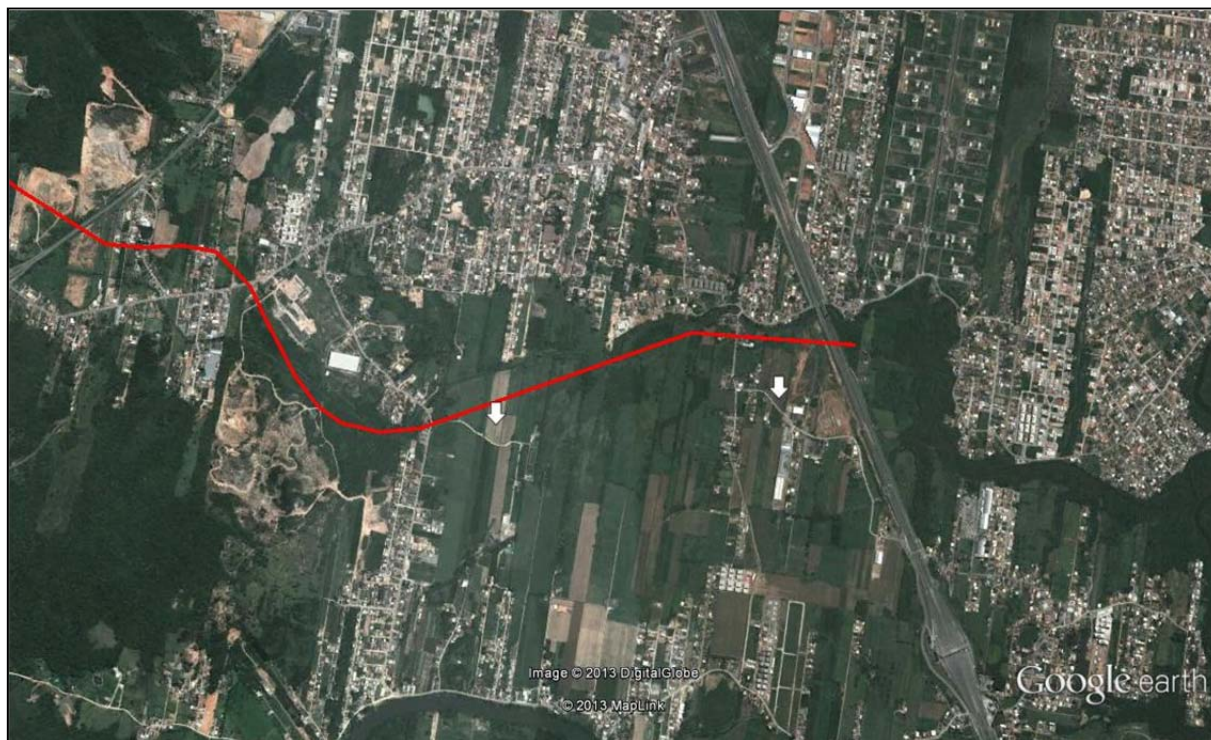


Figura 50: Indicação dos locais de caminamento - planície do Rio Aririú.

Em resumo, as atividades de diagnóstico arqueológico realizadas sobre a AID do Contorno de Florianópolis nos permitiram verificar a existência de locais com alto potencial arqueológico, contudo, vestígios de ocupações pretéritas não foram encontrados. As informações obtidas nas entrevistas confirmam esse potencial, no entanto, devido a difícil visualização da superfície de grande parte dos locais, bem como da indisponibilidade dos entrevistados de nos indicarem as áreas em que os vestígios arqueológicos foram identificados, dificultaram a confirmação de sítios arqueológicos nas áreas de influência do empreendimento, nesta etapa da pesquisa.

Acreditamos que com a aplicação das técnicas de prospecção intensiva sobre locais de interesse arqueológico e, principalmente, um processo de aproximação com as comunidades locais, em especial àquelas que se dedicam às atividades agropecuárias, poderá resultar na identificação de sítios arqueológicos na área do empreendimento na próxima etapa da pesquisa que deverá seguir este estudo.



Figura 51: Caminhamento sistemático em planície sedimentar- vale do Rio Inferninho.



Figura 52: Verificação de perfil pedológico em terraço coluvial - vale do Rio Inferninho.



Figura 53: Escavação de poço-teste em terraço coluvial - vale do Rio Inferninho.



Figura 54: Escavação de poço-teste em topo de vertente - vale do Rio Inferninho.



Figura 55: Escavação de poço-teste em terraço coluvial - vale do Rio da Saudade.



Figura 56: Escavação de poço-teste em área de argissolo - vale do Rio da Saudade.



Figura 57: Detalhe do poço-teste escavado no vale do Rio da Saudade.



Figura 58: Material mineral proveniente do poço-teste apresentado anteriormente.



Figura 59: Caminhamento sistemático em área de interesse arqueológico - vale do Rio Três Riachos.



Figura 60: Caminhamento sistemático sobre suave colina - vale do Rio Três Riachos.



Figura 61: Escavação de poço-teste no vale do Rio Três Riachos.



Figura 62: Escavação de poço-teste no vale do Rio Biguaçu.



Figura 63: Verificação superficial em área de potencial arqueológico - vale do Rio Biguaçu.



Figura 64: Escavação de poço-teste no vale do Ribeirão Forquilhas.



Figura 65: Caminhamento sistemático no vale do Ribeirão Forquilhas.



Figura 66: Escavação de poço-teste em área de potencial arqueológico - vale do Rio Maruim.



Figura 67: Caminhamento sistemático em área de interesse arqueológico situado nas proximidades do Morro da Pedra Branca.



Figura 68: Escavação de poço-teste em local situado nas proximidades do Morro da Pedra Branca.



Figura 69: Caminhamento sistemático em topo de vertente - vale do Rio Passa Vinte.



Figura 70: Escavação de poço-teste no vale do Rio Passa Vinte.



Figura 71: Detalhe do poço-teste apresentado na figura anterior.



Figura 72: Entrevista e caminhamento em área de plantio - vale do Rio Aririú.



Figura 73: Caminhamento sistemático em área de interesse arqueológico situado na várzea do Rio Aririú.

5.3.10.10. Educação Patrimonial e Divulgação da Pesquisa

Uma das principais etapas da pesquisa arqueológica consiste na divulgação daquilo que foi apreendido a partir das pesquisas de campo, laboratório e gabinete. É nesse momento que o pesquisador "devolve" à comunidade, em forma de conhecimento, as informações que obteve durante o diagnóstico, prospecção ou resgate arqueológico.

Esta etapa, chamada de Educação Patrimonial é considerada parte inerente do estudo arqueológico, ocorrendo nas suas diferentes etapas no intuito de promover uma crescente apropriação das culturas do passado e, gerando condições adequadas para proporcionar a devida interação entre a comunidade e o patrimônio cultural arqueológico.

De acordo com Schwengber (2002), a socialização dos conhecimentos derivados da pesquisa arqueológica junto a comunidade local, respondem à função social da disciplina, através do reconhecimento da história dos grupos pré-coloniais e remanescentes para a formação da identidade cultural. Além disso, tem importante papel em assumir uma postura ativa para o esclarecimento sobre a existência de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos, a pesquisa e a difusão da consciência preservacionista.

Dento da fase de LAP, nas quais ocorrem os primeiros contatos entre a equipe de arqueologia e a comunidade local, as atividades educativas também ocorrem dentro dessa perspectiva de "primeiro encontro", por isso, tem caráter apenas informativo, e não sistemático¹⁰. Informativo pois, nessas atividades, informamos à comunidade que a pesquisa está sendo desenvolvida, expondo suas justificativas, objetivos e a metodologia aplicada. Nesse momento são distribuídos materiais didático-informativos aos presentes, sendo que um deles trata da ocupação pré-colonial da região do estudo (neste caso, o sul do Brasil), e o outro trata das Etapas da Pesquisa Arqueológica, dentro dos processos de licenciamento ambiental-cultural.

¹⁰ O desenvolvimento de um Programa de Educação Patrimonial se torna possível durante a execução de prospecções continuadas (monitoramento), já que essas se estendem até o termino das obras de implantação do empreendimento, bem como por ocasião da realização resgates arqueológicos.

Dessa forma, as atividades de Educação Patrimonial desenvolvidas nessa etapa da pesquisa consistiram na distribuição dos materiais didático-informativos para as comunidades afetadas pelo empreendimento, nos quais consta o endereço do blog da Espaço Arqueologia, onde é possível ter acesso a informações a respeito da arqueologia regional e nacional.

5.3.10.11. Considerações e Recomendações

Através do presente relatório de pesquisa buscamos apresentar os resultados obtidos a partir da execução do diagnóstico arqueológico interventivo nas áreas que serão impactadas pela instalação do Contorno de Florianópolis situado na região do litoral central catarinense, abrangendo os municípios de Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça.

Conforme destacado na apresentação deste estudo, a implantação do Contorno Viário de Florianópolis, mais do que uma obra de infraestrutura necessária, representa a superação de um gargalo para o crescimento da região metropolitana de Florianópolis e um alívio para os usuários que perdem horas diárias e acumulam stress em congestionamentos. Portanto, trata-se de uma obra que carece de atenção especial.

As atividades realizadas no âmbito da presente pesquisa foram desenvolvidas em concordância com o disposto nos Artigos 1º ao 4º da Portaria IPHAN nº 230/2002. Segundo os artigos citados, a etapa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo, que compreende à fase de obtenção da LAP, consiste na avaliação do potencial arqueológico da área de influência direta e indireta dos empreendimentos, através do levantamento dos dados secundários provenientes de pesquisas arqueológicas regionais (histórico das pesquisas, registro de sítios, sínteses regionais, etc.), do contexto etno-histórico, e de dados primários coletados em campo (informação oral, levantamento *in situ* e verificações assistemáticas na ADA). Buscamos atender, ainda as orientações específicas presentes no Memorando Circular 14/2012 IPHAN/CNA/DEPAM, o qual prevê que todos os estudos arqueológicos para a fase LAP deverão ser interventivos.

Portanto, a partir dos dados obtidos através das pesquisas realizadas, cuja metodologia buscou atender às normativas oficiais citadas acima, consideramos que a

área que será diretamente afetada pelo empreendimento apresenta áreas de médio/alto potencial arqueológico que serão diretamente impactadas. Através das vistorias realizadas em campo não foram identificados vestígios arqueológicos nessas áreas nesta primeira etapa, contudo, as mesmas apresentam características comuns aos padrões ambientais de implantação de alguns grupos étnicos que ocuparam a região no período pré-colonial, por isso, sugerimos que na próxima etapa do processo de licenciamento prospecções interventivas e sistemáticas sejam realizadas na área total do Contorno de Florianópolis, respeitando o disposto no Art. 5º da Portaria IPHAN nº 230/02.

Por fim, solicitamos que seja concedida a Licença Ambiental Prévia à Auto Pista Litoral Sul, desde que tais medidas preventivas sejam realizadas em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelas Portarias IPHAN nº 007/1988 e 230/2002, que regulam a emissão de autorização para o desenvolvimento de pesquisa arqueológica e normatizam a expedição de licenças ambientais.

5.3.10.12. **Bibliografia**

- ASSUNÇÃO, D. **Sambaquis da Paleolaguna de Santa Marta**: em busca do contexto regional no litoral sul de Santa Catarina. São Paulo: USP/MAE. Dissertação de mestrado, 2011.
- BANDEIRA, D. R. **Ceramistas pré-coloniais da baía da Babitonga, SC**: arqueologia e etnicidade. Campinas: UNICAMP. Tese de doutorado, 2004.
- BASTOS, J. M. **Comércio no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- BECK, A. **Variação do conteúdo cultural dos sambaquis do litoral de Santa Catarina**. Erechim: Habilis, 2007.
- BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994, v. 1.
- BITENCOURT, M. de F.. Estratigrafia do Batólito Florianópolis, Cinturão Dom Feliciano, na Região de Garopaba – Paulo Lopes. **Revista Pesquisas em Geociências**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 109-136, 2008.
- BRANDI, R. A. **Arqueologia catarinense**: análise bibliométrica e revisão arqueográfica. Itajaí: UNIVALI/CEHCOM. Trabalho de conclusão de curso, 2004.
- BROCHADO, J. **An ecological model to the spread of pottery and agriculture into Eastern South América**, Tese (Doutorado), Universidade de Illinois at Urbana-Champaign. 1984.
- CALDARELLI, S. B.; LAVINA, R. Da arqueologia acadêmica à arqueologia consultiva no oeste catarinense. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. **Antes do oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011, p. 47-70.
- CHANG, K. C. **Settlement archeology**. California: Palo Alto, 1968.
- CHILDE, G. **Para uma recuperação do passado**. São Paulo: DIFEL, 1976.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Ed. da USP, 1974.
- CLAUDINO, D. C. **Arqueologia na encosta catarinense**: em busca dos vestígios materiais Xokleng. São Leopoldo: UNISINOS. Dissertação de mestrado, 2011.
- CRUZ, D. **Lar, doce lar? Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

-
- DE BLASIS, P. **Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil.** Arqueologia Sul-Americana. Ed. 3. 2007.
- DE MASI, M. A. N. Pescadores coletores da costa sul do Brasil. **Pesquisas, Antropologia**, 57, 2001, p. 1-136.
- DE MASI, M. A. N. **Projeto de salvamento arqueológico da PCH Rio Capivari.** Florianópolis: UNISUL. Relatório final de pesquisa, 2006.
- DE MASI, M. A. N. **Projeto de salvamento arqueológico da Usina Hidrelétrica de Campos Novos.** Florianópolis: UNISUL. Relatório final de pesquisa, 2005.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA, Gerência de Meio Ambiente. **Manual de procedimentos ambientais rodoviários.** Florianópolis: DEINFRA, 2006.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSITO, Instituto de Pesquisas Rodoviários. **Diretrizes básicas para elaboração de estudos e programas ambientais rodoviários.** Rio de Janeiro: IPR, 2006.
- DMITRUK, H. B. Material para a Série Interdisciplinar do Centro de C. Humanas e Sociais. **I CONGRESSO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.** Tubarão. Anais, Tubarão – SC, 2001.
- EAGLETON, T. **A ideia de cultura.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** Brasília: SPI, 2006.
- FARIAS, D. S. E. **Arqueologia e Educação: uma proposta de preservação para os sambaquis do Sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão).** Porto Alegre, PUC-RS. Dissertação de Mestrado, 2000.
- FARIAS, D. S. E. de. **Distribuição e padrão de assentamento: propostas para os sítios da Tradição Umbu na encosta de Santa Catarina.** Porto Alegre: PUCRS. Tese de Doutorado 2005.
- FEBVRE, L. Civilisation. Évolution d'un mot et d'un groupe d'idées. In: **Première Semaine Internationale de Synthèse.** Paris: La Renaissance du Livre, 1930.
- FREIRE, P.. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FUNARI, P. P. **Arqueologia.** São Paulo: Contexto, 2003.

-
- GOMBRICH, E. H. **In search of culture history**. Londres: Cleredon, 1969.
- GUALBERTO, L. Os casqueiros de Santa Catarina ou sambaquis. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 150 (96), 1927, p. 287-304.
- HOELTZ, S. E.; BRUGGEMANN, A. A. As indústrias líticas na área da UHE Foz do Chapecó, oeste catarinense: antiguidade, estratégia tecnológica e variabilidade. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. **Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011, p. 105-136.
- HORTA, M. de L. P; GRUMBERG, E; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.
- ICOMOS. **Charter for the protection and management of the archaeological heritage**. Lausanne: ICAHN, 1990.
- IHERING, H. V. A civilização pré-histórica do Brasil meridional. **Revista do Museu Paulista**, 1, 1895, p. 34-159.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Imbituba. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2013.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=203>>
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Portaria nº 007, de 01 de dezembro de 1988**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=319>>.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=337>>.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Palhoça. **Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

-
- KNEIP, A. **O povo da lagoa: uso do SIG para modelamento e simulação na área arqueológica do Camacho.** São Paulo: USP. Tese de doutorado, 2004.
- KUBLER, G. **The shape of time.** New Haven-Londres: Yale University Press, 1962.
- LAGO, P. F. **Santa Catarina: a transformação dos espaços geográficos.** Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000.
- LATHRAP, D. **O alto Amazonas.** Lisboa: Verbo, 1975.
- LAVINA, R. (Coord.). **Projeto de salvamento arqueológico da ZPE, Imbituba, SC.** Relatório final de pesquisa, 1999.
- LAVINA, R. **Relatório final do Projeto de salvamento arqueológico da Rodovia Interpraías, trecho Morro dos Conventos - Lagoa dos Esteves.** Criciúma: UNESCO, 2000.
- LEINZ, V.; AMARAL, S. E. **Geologia geral.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- LINO, J. T. **Arqueologia Guarani na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, Santa Catarina.** Porto Alegre: URGs. Dissertação de Mestrado, 2007.
- MAMIGONIAN, Ar. Atualidades Geográficas: vida regional em Santa Catarina. **Revista Orientação**, São Paulo, n. 2, 1966.
- MAURÍCIO, D. F. **As vasilhas cerâmicas do sítio arqueológico SC-MA-01 do município de Laguna - SC.** Tubarão: UNISUL. Trabalho de conclusão de curso, 2008.
- MEGGERS, B. J. **A reconstrução da pré-história Amazônica.** São Paulo: USP, 1974.
- MELLO, A. B. **Estudo da variabilidade intra-sítio a partir da análise cerâmica do sítio Guarani SC-AR-01.** Tubarão: UNISUL. Trabalho de conclusão de curso, 2006.
- MÉTRAUX, A. Migrations historiques des Tupi-guarani. **Journal de La Société de Americanistes.** Paris, 1927, p. 1-45.
- MILHEIRA, R. G. **Território e Estratégia de Assentamento Guarani na Planície Sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste.** São Paulo: USP. Dissertação de mestrado, 2008.
- MILHEIRA, R. G.. **Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: história e território.** São Paulo: USP. Tese de doutorado, 2010.
-

-
- MÜLLER, L. M. **Sobre índios e ossos:** Estudo de três sítios de estruturas anelares construídos para enterramento por populações que habitavam o vale do rio Pelotas no período pré-contato. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação de mestrado, 2008.
- NOELLI, F. S. **Sem tekohá não há tekó:** em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicada a uma área de domínio no delta do Jacuí - RS. Porto Alegre: PUC-RS. Dissertação de mestrado, 1993.
- NOELLI, F. S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupis. In: **Revista de Antropologia:** São Paulo, vol. 39, n. 2, p. 7-53, 1996.
- OLIVEIRA, L. L. **Cultura é patrimônio.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- PENIN, A. **Academia, Contrato e Patrimônio:** visões distintas de uma mesma disciplina. São Paulo, USP. Tese de doutorado, 2010.
- PIAZZA, W. F. As fontes primárias da História: Fontes arqueológicas catarinenses. **Anais do III Simpósio da ANPUH.** Franca: FFCLF, 1966, p. 439-482.
- PIAZZA, W. F. **Santa Catarina:** sua história. Florianópolis: EDUFSC/Lunardelli, 1983.
- PROUS, A.. **O Brasil antes dos brasileiros:** a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- REIS, M. J. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense.** Erechim: Habilis, 2007.
- REVEL, J. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: **Proposições:** ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 97-137.
- RODRIGUES, A. D. A classificação linguística do tronco Tupi. **Revista de Antropologia, 12** (1-2): 99-104. 1964.
- RODRIGUES DA COSTA, F. I. Estudos arqueológicos: os sambaquis no sul de Santa Catarina. **Revista Catarinense, 1,** 1912, p. 47-48; 73-74; 212-214.
- RODRIGUES PEIXOTO, J. Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos. **Arquivos do Museu Nacional, 6,** 1885, p. 205-256.
- ROHR, J. A. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. **Anais do Museu de Antropologia, v. 17,** 1984, p. 77-168.
- ROMARIZ, D. A. **Aspectos da vegetação do Brasil.** São Paulo: Ed. do autor, 1996.
- SAHLINS, M. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

-
- SALDANHA, J. D. M. **Paisagem, lugares e cultura material: uma arqueologia espacial nas terras altas do sul do Brasil.** Porto Alegre: PUCRS. Dissertação de mestrado, 2005.
- SANTA CATARINA, Secretária de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Diagnóstico dos recursos hídricos e organização dos agentes da bacia hidrográfica do Rio Tubarão e complexo lagunar.** Florianópolis: SDM, 1998.
- SANTA CATARINA, Secretaria de Estado do Planejamento. **Atlas de Santa Catarina.** Florianópolis: Governo de Santa Catarina, 2008.
- SANTOS, S. C. **Índios e brancos no sul do Brasil.** Florianópolis: Editora Edeme, 1976.
- SCHERER, L. Z.; CARVALHO, C. R.; SCHMITZ, P. I. Marcadores de estresse musculoesquelético em populações pescadores, caçadoras e coletoras no litoral central de Santa Catarina. **Pesquisas, Antropologia**, 63, 2006, p. 55-80.
- SCHMITZ, P. I.. Avaliação e perspectivas da Arqueologia Brasileira. In: Canindé – **Revista do Museu de Arqueologia de Xingó.** Xingó, 2001, p. 53-61.
- SCHMITZ, P. I. O **povoamento indígena do sul do Brasil.** In: FARIAS, D. S. E. **Maracajá: Pré-história e arqueologia.** Tubarão: Editora Unisul, 2005.
- SCHMITZ, P.I.; ARNT, F.V.; BEBER, M.V.; ROSA, A.O.; ROGGE, J.H. Taió, no Vale do Rio Itajaí, SC. **Pesquisas, Antropologia**, 67, 2009, p. 185-320.
- SCHMITZ, P. I.; NOVASCO, R. V. Arqueologia no Planalto: o uso do SIG na aplicação de análises espaciais dos sítios arqueológicos da localidade de Boa Parada, município de São José do Cerrito. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnografia**, 21, 2011, p. 167-183.
- SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H. Pesquisando a trajetória do Jê Meridional. **Anais do II CIAEE.** Dourados: UFGD, 2012. (CD-ROM)
- SCHWENGBER, V. L. Software sobre os Sambaquis do Sul de Santa Catarina: a hipermídia na educação patrimonial In: **III Encontro SAB/Sul.** Porto Alegre - RS, 2002.
- SCHWENGBER, V. L. **Programa de resgate arqueológico em área de mineração na localidade de Jaboticabeira, município de Jaguaruna - SC.** Relatório final de pesquisa, 2013.

-
- SILVA, M. A. S.; LEITES, S. R.; CARUSO, F. **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil**. Criciúma, Folha SH.22-X-B. Estado de Santa Catarina. Escala 1:250.000. Brasília: CPRM, 2000.
- SOARES, A. L. R. **Guarani. Organização Social e Arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SOARES, A. L. R. **Interface para a valorização da Memória e Identidade Cultural de São Martinho da Serra, RS: um programa de Educação Patrimonial**. In: I CONGRESSO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Tubarão. Anais, Tubarão – SC, 2001.
- SOUZA, O. A.; FARIAS, D. S. E. Xokleng e colonizadores: etno-história do município de Maracajá. In: FARIAS, D. S. E. **Maracajá: Pré-história e arqueologia**. Tubarão: Editora Unisul, 2005.
- SPITZ, A.; ONO, L. M. **Descobrir +Imaginar + Conhecer**. Arqueologia na Escola. Programa de Educação Patrimonial – Superintendência Regional do Iphan do Paraná, 2012.
- TRIGGER, B. G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.
- TYLOR, E. B. **Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, an custom**. Londres: John Murray, 1871.
- URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas indígenas. In: CUNHA, M. C. **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1992, p. 87-102.
- VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.
- ZANELATTO, J. H.; OSÓRIO, P. S. **Forquilha: do presente par o passado, outras memórias uma nova história**. Forquilha, SC: UNESC, 2012.